ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

Allianz

f.lopes

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia

Por definição, Economia é o conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida. A avaliação deste conceito e seus impactos durante o ano de 2020 pode ser classificada como complexa. A paralisia mundial decretada pelo novo Coronavírus trouxe gigantesca incerteza sobre questões de oferta e demanda, tendo em vista a estagnação da produção e a quase ausência de consumo, em função da retirada das pessoas das ruas e trabalhos.

Foi necessária a criação de programas que permitissem a manutenção dos empregos, aberturas de linhas de créditos e ações que possibilitassem minimizar os significativos efeitos na economia local.

Com efeito, a agenda de reformas foi praticamente paralisada pelo Congresso Nacional e pouco se avançou nos principais temas para o país.

Para 2021, o mercado prevê crescimento de 3,49% do PIB. A meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central em 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Comentários de desempenho

Prêmios emitidos líquidos - Ao final do exercício a Seguradora registrou R$ 3,5 bilhões (R$ 3,33 bilhões em 31 de dezembro de 2019), representando crescimento na ordem de 3,7%, quando comparado ao mesmo período anterior. As carteiras que contribuíram para este aumento foram: automóvel 35% e transporte 19%.

Sinistros ocorridos - Redução de 3,7 % quando comparados ao mesmo período do exercício imediatamente anterior, impactado, principalmente, pelo isolamento social causado pela pandemia do Covid19. A carteira de automóvel foi impactada com uma redução de 10,3%, quando comparada ao mesmo período anterior.

Resultado com resseguro - O resultado das operações com resseguro apresentou variação negativa quando comparados ao mesmo período anterior, impactado principalmente pelas variações das provisões técnicas e a diminuição das recuperações de indenização.

Despesas Administrativas - As despesas administrativas aumentaram em 32,5 % quando comparadas ao mesmo período anterior, com maior impacto na rubrica publicidade e propaganda e serviços de terceiros-tecnologia da informação.

Resultado do período - Em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora registrou prejuízo de R$ 20,5 milhões, impactado pelo resultado de equivalência patrimonial em empresa controlada – Allianz Brasil Seguradora S.A, apresentado na nota explicativa 10.1, e amortizações de ativos significativos, adquiridos através da combinação de negócios, conforme nota 3.

Balanços Patrimoniais

O ativo total da Seguradora atingiu R$ 10,5 bilhões (R$ 6,6 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Ao final do exercício o patrimônio líquido totalizou R$ 4,9 bilhões (R$ 1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2019). Um dos maiores impactos no balanço patrimonial e patrimônio líquido, deveu-se à aquisição das operações de seguro de auto e massificados da Sul América Seguros de Auto e Massificados S.A., atual denominação da Allianz Brasil Seguradora S.A., conforme nota explicativa 3. As provisões técnicas de seguros, líquida de resseguros, se mantiveram estáveis totalizando R$ 2,8 bilhões (R$ 2,8 bilhões em 31 de dezembro de 2019).

Allianz Seguros: liderança, excelência na jornada do cliente, confiabilidade para os parceiros comerciais e conectividade em produtos e serviços

A Allianz Seguros (Seguradora) é uma empresa do Grupo Allianz, um dos maiores provedores globais de serviços financeiros, predominantemente no setor de seguros e na gestão de ativos, além de líder global em sustentabilidade. Desde 1890, o Grupo Allianz está presente em 70 países, com mais de 100 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 148 mil colaboradores. É reconhecida como uma empresa sólida, responsável e confiável, que prioriza negócios sustentáveis, mantendo posição de liderança entre as seguradoras no Índice Dow Jones de Sustentabilidade. Em 2020, foi novamente nomeada a marca de seguros número 1 do mundo no Ranking da Interbrand, sendo a 39ª no *ranking* geral. Para cumprir seu propósito "We Secure Your Future", que orienta suas ações e ressalta o impacto da empresa na sociedade, o Grupo Allianz busca os objetivos estratégicos de Superar, Transformar e Reequilibrar.

No Brasil há 116 anos, atualmente a Seguradora ocupa uma posição de liderança no mercado brasileiro, estando entre as três primeiras seguradoras do país em Ramos Elementares. Com foco no cliente, buscando sempre oferecer a melhor experiência em sua jornada, a Seguradora tem adotado uma série de iniciativas para que o segurado tenha voz dentro da Allianz. Desta forma, a Seguradora passa a entender a real necessidade e expectativa do seu cliente, possibilitando uma maior assertividade no fornecimento de soluções, produtos e serviços; além de fortalecer o desenvolvimento do trabalho de corretores, assessorias e parceiros de negócios.

Nos últimos anos, a Seguradora deu prosseguimento à sua transformação digital, baseada na estratégia de simplicidade, focada em desburocratizar processos e atingir níveis máximos de simplificação em produtos de varejo e corporativos. Esta estratégia elevou a competividade, aumentou sua eficiência e proximidade com corretores e clientes.

Este modelo resulta em eficiência operacional tanto para a Seguradora quanto para os corretores, assessorias e parceiros de negócios, uma vez que o canal de distribuição opera com mais autonomia e processos totalmente automatizados. Este movimento, possibilitou oferecer menor tempo de cotação e emissão de apólices do mercado com garantias de proteção mais abrangentes e produtos acessíveis aos clientes. Todo esse processo, juntamente com o uso de inovações tecnológicas facilitadoras do trabalho dos intermediários, como os corretores de seguros, trouxe a esses parceiros de negócios mobilidade corporativa e possibilitaram que seus esforços fiquem concentrados nas vendas e no atendimento e consultoria de seguros ao cliente, e não em atividades burocráticas.

Aquisição das operações de Automóvel e Ramos Elementares da SulAmérica

Este conjunto de fatores preparou a Seguradora a dar um passo importante em suas operações. Em 2020, o Grupo Allianz investiu R$ 3,2 bilhões na compra da Sul América Seguros de Automóveis e Massificados, uma empresa do Grupo SulAmérica, criada para incorporar os negócios relativos aos ramos de Automóvel, Residencial, Condomínio, Empresarial e Habitacional (apólices de mercado, excluídos os produtos de seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação). A operação de aquisição recebeu aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 26 de junho e foi concretizada em 10 de julho. A operação é considerada um marco na história do mercado de seguros no Brasil, representando um dos maiores investimentos realizados neste setor.

A transação está alinhada à estratégia de crescimento da Seguradora, que visa atingir a liderança em mercados-chave, e representa mais um grande passo no reposicionamento estratégico dos negócios do Grupo Allianz na América Latina.

Com a aquisição, a Seguradora dobra de tamanho e figura entre as três principais seguradoras em ramos elementares do País, passando a ocupar a segunda posição no ramo automóvel e a primeira em condomínio.

A combinação das operações expande a capilaridade da Seguradora e potencializa a oferta com serviços cada vez melhores e negócios mais promissores, tornando-a uma empresa ainda mais atraente para clientes, corretores e talentos.

Com a operação adquirida, a Seguradora reforça o alto padrão de serviços prestados aos clientes, o reconhecimento da marca e a relevância de suas parcerias comerciais.

A operação permitirá investimentos adicionais em tecnologias digitais e disruptivas para potencializar o setor e continuar a oferecer soluções inovadoras e de primeira linha para os clientes locais.

Operação adaptada à realidade digital

Diante da pandemia pelo Coronavírus, grande parte da economia global teve que adaptar suas dinâmicas de trabalho às medidas de isolamento social. A Seguradora implementou rapidamente soluções assertivas no que diz respeito à proteção do capital humano e preservação da produção.

Em apenas cinco dias, 100% de sua operação passou a funcionar de forma completamente remota, com foco em garantir a saúde dos colaboradores. A rápida atuação remota pôde ser viabilizada com estabilidade, porque a Seguradora está em estágio avançado na transformação digital e já adota um modelo de negócios baseado na simplicidade, conectividade e agilidade. Vale destacar o desempenho do canal de vendas, que tem os corretores de seguros como principal propulsor. Neste período atípico, ficou comprovado que corretores, assessorias e parceiros de negócios sabem trabalhar digitalmente. A boa performance nas vendas e renovações comprovam isso.

Toneladas de solidariedade

Tendo como premissa desenvolver ações de longo prazo, tanto nos seus negócios como no campo social, há 25 anos um grupo de funcionários criou a ABA - Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz. Nesse período, mais de 7.000 crianças e adolescentes da Comunidade Santa Rita (zona Leste de São Paulo) foram atendidos pela ABA, por meio de atividades complementares à educação formal, como artes, esportes e inclusão digital.

Devido à pandemia, a Seguradora decidiu destinar suas ações de solidariedade às famílias atendidas pela Associação. Entre abril e agosto, foram doadas 920 cestas, que somaram 115 toneladas de alimentos e produtos de higiene e limpeza, beneficiando mais de 5.000 pessoas da Comunidade. As ações ocorreram na sede da entidade, com o objetivo de amenizar os danos da crise causados aos provedores dos lares da região, que são, em grande parte, autônomos, microempreendedores ou pessoas que trabalham no comércio local.

Allianz Parque: referência em *naming rights*

Reconhecido como o mais bem-sucedido *naming rights* de estádio do país, a Seguradora conta, em São Paulo, com uma plataforma para exposição de sua marca e geração de relacionamentos e negócios, o Allianz Parque.

Desde sua inauguração, em novembro de 2014, já recebeu 10 milhões de pessoas; 6,5 milhões delas acompanharam as 200 partidas de futebol, outras 3,5 milhões assistiram aos 100 shows e mais de 250 mil participaram do Allianz Parque Tour.

Agradecimentos

Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 29 de março de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		**3.062.329**	**2.980.250**
DISPONÍVEL		**42.218**	**36.031**
Caixa e bancos		42.218	36.031
EQUIVALENTE DE CAIXA	6.1	**21.544**	**-**
APLICAÇÕES	6.1	**372.736**	**598.061**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**1.222.330**	**1.091.094**
Prêmios a receber	7.1	1.115.772	989.891
Operações com seguradoras	7.2	12.266	7.751
Operações com resseguradoras	7.3	94.292	93.452
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		**4.233**	**3.931**
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	**1.033.972**	**913.435**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**38.146**	**38.661**
Títulos e créditos a receber	8	25.732	21.784
Créditos tributários e previdenciários	19.1	12.356	16.765
Outros créditos		58	112
OUTROS VALORES E BENS		**30.649**	**16.287**
Bens à venda	8	30.444	16.163
Outros valores		205	124
DESPESAS ANTECIPADAS		**491**	**167**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	**296.010**	**282.583**
Seguros		296.010	282.583
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**7.384.267**	**3.607.949**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**3.665.047**	**3.369.689**
APLICAÇÕES	6.1	**2.244.059**	**1.969.048**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**30.683**	**36.624**
Prêmios a receber	7.1	30.683	36.624
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS		**9**	**7**
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	**677.228**	**638.598**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**702.693**	**705.501**
Títulos e créditos a receber		8.553	7.245
Créditos tributários e previdenciários	19.1	426.894	436.534
Depósitos judiciais e fiscais	15	265.642	260.178
Outros créditos operacionais	15	1.604	1.544
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	**10.375**	**19.911**
Seguros		10.375	19.911
INVESTIMENTOS		**3.640.312**	**174.553**
Participações societárias	10.1	3.637.940	172.388
Imóveis destinados à renda	10.2	2.372	2.165
IMOBILIZADO	10.2	**60.738**	**39.525**
Imóveis de uso próprio		2.760	3.035
Bens móveis		39.412	16.229
Outras imobilizações		18.566	20.261
INTANGÍVEL	10.3	**18.170**	**24.182**
Outros intangíveis		18.170	24.182
TOTAL ATIVO		**10.446.596**	**6.588.199**

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE		**3.667.992**	**3.252.745**
CONTAS A PAGAR		**259.685**	**200.437**
Obrigações a pagar	11	132.723	116.112
Impostos e encargos sociais a recolher	11	76.784	65.515
Encargos trabalhistas	11	15.579	12.089
Impostos e contribuições	19.3	34.599	6.721
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	12	**380.359**	**320.611**
Prêmios a restituir		1.005	145
Operações com seguradoras		4.504	3.601
Operações com resseguradoras		246.044	209.283
Corretores de seguros e resseguros		113.574	103.724
Outros débitos operacionais		15.232	3.858
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	13	**6.296**	**5.938**
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	14.1	**3.003.207**	**2.707.578**
Danos		2.784.895	2.550.527
Pessoas		183.148	130.455
Vida individual		34.780	26.254
Vida com cobertura por sobrevivência		384	342
OUTROS DÉBITOS		**18.445**	**18.181**
Provisões judiciais	15	18.445	18.181
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.893.655**	**2.034.281**
CONTAS A PAGAR		**94.618**	**100.187**
Obrigações a pagar	11	9.492	13.493
Tributos diferidos	19.1	85.126	86.694
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	12	**24.034**	**29.359**
Operações com resseguradoras		22.134	26.520
Corretores de seguros e resseguros		1.900	2.839
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	14.1	**1.489.312**	**1.633.417**
Danos		1.213.198	1.151.306
Pessoas		261.484	475.498
Vida individual		14.630	6.613
OUTROS DÉBITOS		**285.691**	**271.318**
Provisões judiciais	15	285.691	271.318
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	**4.884.949**	**1.301.173**
Capital social		4.461.640	846.238
Reservas de reavaliação		1.305	1.353
Reservas de lucros		302.039	322.476
Ajustes de avaliação patrimonial		119.965	131.106
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.446.596**	**6.588.199**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais exceto resultado do exercício por ação)

	Nota	2020	2019
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS	18.1	3.449.718	3.325.562
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		155.338	(62.097)
(=) PRÊMIOS GANHOS	17.1	**3.605.056**	**3.263.465**
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18.2	(2.152.285)	(2.235.602)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18.3	(642.584)	(613.761)
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18.5	(22.297)	(52.240)
(+) RESULTADO COM RESSEGURO	18.4	(109.541)	(38.611)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		363.086	458.178
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(470.284)	(485.592)
(+/-) OUTROS RESULTADOS COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO		(2.343)	(11.197)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18.6	(493.131)	(372.327)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	18.7	(124.436)	(96.464)
(+) RESULTADO FINANCEIRO	18.8	201.337	213.685
(+) RESULTADO PATRIMONIAL	18.9	(174.594)	16.728
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**87.525**	**84.873**
(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	18.10	**66**	**324**
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**87.591**	**85.197**
(-) IMPOSTO DE RENDA	19.2	(37.599)	179.786
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.2	(22.488)	109.686
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(47.989)	(25.032)
(=) PREJUÍZO / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(20.485)**	**349.637**
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		6.298.129.345	1.666.801.420
(=) Lucro líquido do exercício por ação		-	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
PREJUÍZO / LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(20.485)**	**349.637**
Variação no valor justo dos ativos financeiros	**(11.141)**	**87.256**
Reconhecidos por ativos próprios	(22.743)	146.867
Reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial	4.175	(1.441)
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes	7.427	(58.170)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	**(31.626)**	**436.893**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo / Lucro líquido do exercício		**(20.485)**	**349.637**
Provisão de imposto de renda e contribuição social	19.2	60.087	(289.472)
Depreciação e amortizações	10.2 e 10.3	14.198	11.531
(Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	18.5	(11.234)	(30.462)
Resultado de equivalência patrimonial	10.1	100.866	(11.726)
Amortização de mais valia-combinação de negócios	10.1.1	80.114	-
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	18.8	(7.126)	(636)
(Ganho) na alienação de imobilizado	18.10	(66)	(324)
Variação das provisões técnicas		1.110.144	1.207.741
Variação de outros ativos e passivos		(5.459)	2.902
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		96.643	(251.819)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(112.289)	196.377
Ativos de resseguro		94.253	118.841
Créditos fiscais e previdenciários		(46.038)	25.880
Despesas antecipadas		(324)	(9)
Outros ativos		(18.957)	(13.689)
Depósitos judiciais e fiscais		(2.058)	(419)
Outras contas a pagar		32.600	4.577
Impostos e contribuições		72.515	58.162
Débitos de operações com seguros e resseguros		54.423	(111.433)
Depósitos de terceiros		358	643
Provisões técnicas - seguros e resseguros		(1.215.931)	(1.188.074)
Provisões judiciais		8.716	(2.035)
Caixa líquido gerado pelas operações		**284.950**	**76.193**
Imposto sobre lucros pagos	19.1	(46.205)	(14.029)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**238.745**	**62.164**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos - baixa	10.1	227	50.000
Imobilizado - baixa		868	711
Resgate de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	6.2	1.238.470	1.249.001
Investimentos	10.1	(3.615.402)	-
Investimento -Imposto diferido sobre combinação de negócio	10.1	(28.852)	-
Imobilizado - aquisição	10.2	(30.408)	(3.645)
Aplicações de títulos disponíveis para venda	6.2	(1.384.799)	(1.414.323)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial disponíveis para venda		(13.646)	88.120
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos		**(3.833.542)**	**(30.136)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		3.615.402	-
Redução de capital	16	-	(30.000)
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamentos		**3.615.402**	**(30.000)**
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	18.8	7.126	636
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**27.731**	**2.664**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		**36.031**	**33.367**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		**63.762**	**36.031**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019	**1.661.743**	**1.403**	**-**	**43.850**	**(812.716)**	**894.280**
REDUÇÃO DE CAPITAL:	**(815.505)**	**-**	**-**	**-**	**785.505**	**(30.000)**
AGE de 29/07/2019-Portaria SUSEP 45/2019	(815.505)	-	-	-	785.505	(30.000)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	**-**	**(50)**	**-**	**-**	**50**	**-**
Realização por depreciação	-	(50)	-	-	50	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	**-**	**-**	**-**	**87.256**	**-**	**87.256**
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	88.120	-	88.120
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	(864)	-	(864)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**349.637**	**349.637**
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	**-**	**-**	**322.476**	**-**	**(322.476)**	**-**
Reserva legal	-	-	17.482	-	(17.482)	-
Reserva de lucros	-	-	304.994	-	(304.994)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**846.238**	**1.353**	**322.476**	**131.106**	**-**	**1.301.173**
AUMENTO DE CAPITAL:	**3.615.402**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.615.402**
AGE de 09/07/2020-Portaria SUSEP 519/2020 (Nota 16.1)	3.615.402	-	-	-	-	3.615.402
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	**-**	**(48)**	**-**	**-**	**48**	**-**
Realização por depreciação	-	(48)	-	-	48	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	**-**	**-**	**-**	**(11.141)**	**-**	**(11.141)**
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	(13.646)	-	(13.646)
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	2.505	-	2.505
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**-**	**-**	**-**	**-**	**(20.485)**	**(20.485)**
ABSORÇÃO DO PREJUÍZO	**-**	**-**	**(20.437)**	**-**	**20.437**	**-**
Reserva de lucros	-	-	(20.437)	-	20.437	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**4.461.640**	**1.305**	**302.039**	**119.965**	**-**	**4.884.949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Allianz Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Seu capital social é composto por 6.298.129.345 de ações ordinárias sem valor nominal, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. com participação de 99,965% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 517/2015, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP que não requer a apresentação conjunta das demonstrações consolidadas.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) - valor realizável líquido e provisões de sinistros o qual inclui correção monetária e juros futuros.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos que foram alienados no decorrer do exercício de 2020.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação das referidas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Aplicações financeiras
- Nota 7.1 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável)
- Nota 7.2 - Operações com seguradoras (redução ao valor recuperável)
- Nota 7.3 - Operações com resseguradores (redução ao valor recuperável)
- Nota 8 - Bens à venda - Salvados (redução ao valor recuperável)
- Nota 11 - Obrigações a pagar (contrato oneroso)
- Nota 14 - Provisões técnicas
- Nota 15 - Provisões judiciais
- Nota 19.1 - Créditos tributários e previdenciários

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras individuais

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2021.

3. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

3.1. Aquisição de negócio da carteira de automóveis e outros ramos elementares

No dia 22 de agosto de 2019, a Seguradora e a Sul América S.A. realizaram a assinatura do Contrato de Compra e Venda (SPA - *Share Purchase Agreement*), para determinação dos procedimentos necessários acerca da referida aquisição pelo Grupo Allianz.

Conforme estabelecido em contrato, para a aquisição ser realizada, a criação de uma nova empresa de seguros foi necessária para a realização da migração das carteiras de seguros de auto e outros ramos elementares, considerando todos os trâmites regulatórios e autorizações prévias da SUSEP.

Após aprovação pela SUSEP para início das operações da Sul América Seguros de Automóveis e Massificados ("SASAM") ocorreu a cisão das operações de auto e massificados da Sul América Companhia Nacional de Seguros ("SALIC"). Dessa forma, a Sul América Holding e a Sul América S.A., detentoras em conjunto de 100% das ações da SASAM realizaram a venda para o Grupo Allianz, concluindo a transação e a devida transferência do controle em 10 de julho de 2020.

A aquisição da Seguradora SASAM que detinha a carteira de automóveis e outros ramos elementares foi realizada pelo valor de R$ 3.169.699, visando potencializar o crescimento do Grupo no Brasil. A aquisição da Sul América Automóveis e Massificados tornou a Allianz a segunda maior seguradora de automóveis no País, além de se tornar a terceira maior do segmento de ramos elementares. A operação foi liquidada em 10/07/2020 conforme disposição contratual.

3.2 Ativos adquiridos e passivos assumidos

Como resultado da combinação de negócios, os saldos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição da SASAM, foram obtidos a partir das demonstrações financeiras individuais de 30 de junho de 2020. Concluído processo de aquisição, o Grupo Allianz adequou suas políticas contábeis àquelas praticadas pela sua controlada de forma prospectiva no resultado do exercício.

Os saldos em 30 de junho de 2020, da controlada SASAM, estão assim apresentados.

Total dos ativos	**3.509.421**
Aplicações financeiras	1.836.721
Prêmios a receber	1.013.927
Títulos e créditos a receber	58.408
Depósitos judiciais e fiscais	55.698
Outros valores e bens	90.925
Ativos de resseguro e retrocessão	6.588
Custos de aquisição diferidos	326.491
Créditos tributários e previdenciários	29.179
Ativo Intangível	62.195
Demais ativos	29.289
Total dos passivos	**2.627.771**
Débitos de operações com seguros e resseguros	97.244
Outras contas a pagar	10.817
Provisões técnicas - seguros	2.311.367
Demais passivos	208.343
Total do patrimônio líquido	**881.650**
Capital social	707.818
Ajustes de avaliação patrimonial	217
Lucros acumulados	173.615

O valor bruto dos prêmios a receber de clientes e outros créditos é de R$ 1.111.693, os quais espera-se que R$ 7.019 não sejam recebidos.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram correlacionadas a escolha da metodologia para cada classe de ativos, bem como sua natureza e função destes no contexto da operação do negócio, apresentadas no quadro abaixo:

Ativo	Método de avaliação
Valor do negócio adquirido (VOBA)	MPEEM
Acordo de não-competição	With or Without
Canais de distribuição	MPEEM

Descrevemos, a seguir os métodos de avaliação: conforme laudo de Preço de Alocação de Compra (PPA-*Purchase Price Allocation*) - KPMG.

Valor do negócio adquirido - VOBA (*Value of Business Acquired*):

Para a avaliação do VOBA foi utilizada a abordagem da rentabilidade *("Income approach")* pelo *Multi-Period Excess Earnings Method* (MPEEM) devido à possibilidade de se atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado.

Acordo de não-competição:

Para a avaliação do acordo de não concorrência, consideramos a metodologia de *income approach* (abordagem da rentabilidade) através do método *With or Without* (WWM), devido à capacidade de alocar fluxos de caixa gerados diretamente à dois cenários: um cenário competitivo e um não competitivo..

Canais de distribuição:

Para a avaliação dos canais de distribuição foi utilizada a abordagem da rentabilidade *("Income approach")* pelo *Multi-Period Excess Earnings Method* (MPEEM) devido à possibilidade de se atribuir o fluxo de caixa gerado diretamente ao ativo identificado.

Estima-se que os valores relacionados ao ágio e mais valia serão dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O valor representa a expectativa de rentabilidade futura, baseada em projeções orçamentárias, aliadas às sinergias operacionais e atuação da Seguradora.

3.3 Premissas adotadas

Para o cumprimento das determinações legais vigentes, a Allianz Seguros contratou a execução de serviços profissionais com objetivo de: i) realizar a avaliação econômico-financeira da Sul América Seguros de Automóveis e Massificados S.A. e ii) emitir laudo, de acordo com o escopo de trabalho definido, considerando os procedimentos relacionados à Alocação do Preço de Compra (PPA).

As principais premissas adotadas, cujo horizonte de projeção alcançou 9 anos e 6 meses, da data base até 31 de dezembro de 2029, estão assim apresentadas:

- Fluxo de caixa - o valor terminal foi calculado com base em um fluxo de caixa futuro perpétuo, fundamentado no valor normalizado do fluxo de caixa operacional do último ano da projeção que sob o ponto da perpetuidade considerou o crescimento de 3,5% referente à inflação de longo prazo. Para o período de desconto adotou-se um fluxo médio no meio do período entre o início e o fim de cada período projetivo dos fluxos de caixa e a taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM *(Capital Asset Pricing Model),* em termos nominais, de 11,23%a.a.
- Premissas macroeconômicas - foram consideradas as projeções de mercado compiladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) - Selic, IPCs e PIB - em 30 de junho de 2020.
- Premissas operacionais - foram baseadas no plano de negócios da Administração de julho de 2020 a dezembro de 2022. Entre 2023 a 2029 os cálculos são embasados em aspectos específicos de acordo com o PPA.
- Resultados Financeiros - utilizou-se uma média dos saldos de Títulos e Valores Mobiliários para cada período aplicado a alíquota de NTN-B de 3% mais a expectativa de inflação do BACEN ao longo dos anos (IPCA).

continua

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

Allianz

3.4 Alocação do preço de compra

A alocação do preço de compra é apresentada conforme abaixo:

Preço de compra (a)	**3.169.699**
Patrimônio líquido (b)	**881.650**
Valor do negócio adquirido-VOBA	72.130
Canais de distribuição	620.287
Acordo de não competição	19.928
Ajustes mais valia (c)	**712.345**
Imposto diferido passivo sobre valor de negócio adquirido -VOBA (d)	(28.852)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) (a)-(b)-(c)-(d)	**1.604.556**

A alocação do ágio, no grupo de investimentos, foi registrada conforme disposto nos itens 39 e 23 (a) da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. O impacto no resultado da Seguradora, relativo às amortizações dos ajustes de mais valia, está apresentado na nota explicativa 18.9.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

4.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo *Losses Occurring During* (LOD) o diferimento é feito em 12 meses e para contratos do tipo *Risk Attaching* (RAD) o diferimento é feito em 24 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores.

Os prêmios de seguros, de cosseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e as operações de retrocessão são informadas pelo IRB.

Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (Riscos Vigentes e Não Emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

4.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

4.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculados à cobertura de provisões técnicas ou dados em outras formas de garantia.

4.2.2 Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

4.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

4.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

4.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber".

4.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários, as letras financeiras e as debêntures são registrados ao valor justo, conforme manual de marcação a mercado do custodiante; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

4.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

4.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócio. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos acima de 180 dias, conforme determina o parágrafo 2 do artigo 168 da Circular SUSEP n 517/2015 e alterações posteriores. A avaliação para redução dos valores recuperáveis de cosseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

4.4 Bens à venda - salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado, deduzidos dos custos diretamente relacionados à venda.

A parcela dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que não houve necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados à venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos, a Seguradora aplicou o critério onde, na ausência de estudo, deve-se efetuar a redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015, artigo 168.

4.5 Investimentos

4.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimentos nas controladas Allianz Saúde S.A. e Allianz Brasil Seguradora S.A. que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e também compreende o ágio por expectativa de rentabilidade futura e a Mais Valia, decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio (Nota 3).

A Seguradora efetua a amortização dos itens apurados pela Mais valia na aquisição de controladas baseado nas taxas e prazos definidos no documento Alocação do Preço de Compra (PPA). O impairment sobre o Ágio por expectativa de rentabilidade futura será calculado de acordo com o CPC 01 (R1). (Nota 10.1.1).

4.5.2 Imóveis destinados à renda

Imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

4.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

4.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e capacidade da Seguradora de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil. Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R$ 240 no exercício para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e ambos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos são decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e são mensurados pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Neste sentido, a entidade analisou retrospectivamente a legislação fiscal e os tratamentos utilizados nas apurações dos tributos sobre o lucro, e aplicando as premissas estabelecidas pelo ICPC-22. A Seguradora entende que há dúvidas sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias de benefício atrelado à "lei do bem" tomado nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL no exercício de 2017 (pelo regime de competência). Diante dessa incerteza, a Seguradora concluiu por provisionar o montante envolvido até que ocorra a aprovação dos saldos pelas autoridades. O saldo envolvido é irrelevante perante o total de contingências fiscais.

4.9 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

4.9.1 Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída pela parcela dos prêmios emitidos de seguros, bruto e ativo de resseguro, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "*pró-rata die*", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base no prêmio bruto e ativo de resseguro observado, nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

4.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras, considerando a estimativa bruta e do ativo de resseguro. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, de pagamento, que já considera a expectativa de juros e correção monetária futuros, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas.

São classificados como outros débitos os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados às apólices ou riscos ocorridos fora da vigência da apólice, com exceção aos riscos vigentes e ainda não emitidos.

Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

4.9.3 Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos e pagos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados ao menos 80 (oitenta) períodos de desenvolvimento, agrupamentos trimestrais, considerando a análise da parcela bruta e do ativo de resseguro. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

4.9.4 Provisão de despesas relacionadas - PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

4.9.5 Provisão complementar de cobertura - PCC

Refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, aplicando-se a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP.

4.9.6 Provisão de Excedentes Técnicos - PET

Constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

4.9.7 Teste de adequação de passivos - TAP

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização diferida e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP correspondendo às respectivas características de cada portfólio - ETTJ pré-fixada para o portfólio Administrativo; Cupom IPCA para o portfólio Judicial e o Cupom Cambial para a parcela do portfólio em moeda estrangeira.

De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.

A Seguradora considerou na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesas futuras baseadas no plano de negócio das expectativas futuras da Seguradora. Os percentuais definidos de sinistralidade e despesas administrativas por agrupamento foram respectivamente: Automóvel (60,3%; 8,0%), Patrimoniais (50,3%; 5,7%), Transportes (50,7%; 2,9%), Responsabilidades (55,8%; 3,5%), Riscos Financeiros (35,0%; 2,7%), Pessoas Coletivo (71,2%; 5,5%) e Pessoas Individual (72,1%; 5,5%).

Para os seguros de vida em *run-off* a premissa de mortalidade utilizada foi a tábua BR-EMS vigente.

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR, PET) foram consideradas adequadas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) (Nota14.3).

4.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras quando aplicável.

4.11 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente.

Neste contexto, a Seguradora possui contrato de aluguel do atual edifício sede, sendo que do total locado 14,2% da estrutura é sublocada (Nota 11).

4.12 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios legais e facultativos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação nos lucros e resultados aos colaboradores, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "Obrigações a pagar". O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de resultados da Seguradora e de desempenho individual, não estando desta forma, restrito exclusivamente ao resultado líquido apurado pela no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda plano médico e odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, programa de assistência psicológica e jurídica aos colaboradores e dependentes, convênio com academia de ginastica, ajuda de custo para despesas com trabalho em residência, e são reconhecidos no resultado à medida que incorridos.

4.12.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se na valorização do valor da marca Allianz obtido através do alcance de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano de incentivo denominado *Allianz Equity Incentive* (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas *Restricted Stock Units* (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e são atreladas às ações do Grupo, como parâmetro monetário para valorização. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalecente na data de avaliação. (nota 20.2.1).

5. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 521/2015, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos, estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos. Como referência, o Grupo Allianz possui a melhor nota da Standard & Poor's ("*Very Strong*") atribuída ao sistema de Gestão de Riscos Corporativos (ERM *framework*).

O CRO e sua estrutura assumem o papel de "segunda linha de defesa", e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar seu perfil de riscos. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações e no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 521/2015, a estrutura de gestão de risco é discutida trimestralmente durante o Comitê de Riscos, cuja sessão contém representantes das áreas de *Compliance*, Segurança da Informação, Auditoria, Atuarial Institucional, Produtos, CFO e CEO. Nesta sessão são abordados os pontos mais relevantes no tocante a saúde da Seguradora, de modo que estas discussões visam gerenciar as incertezas, buscar oportunidades e aprimorar os processos, assegurando uma tomada de decisão robusta e eficiente.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

5.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A Seguradora possui um Comitê de Auditoria que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que tange a supervisão da implementação e operacionalização da Estrutura de Gestão de Risco. O Comitê também avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora, com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e Alta Liderança de áreas-chave e como convidados permanentes representantes do Grupo Allianz.

Isto garante a completa independência do CRO, além de mitigar potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO da Região Latam e o CRO do Grupo Allianz, bem como suas respectivas equipes de gestão de riscos corporativos. Além destes, linhas diretas com o CEO Local e o Comitê de Auditoria, adicionais a linha indireta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora, cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética e Conduta visa garantir que a Seguradora promova os princípios fundamentais de ética e conduta estabelecidos por meio de seu Código de Ética e Conduta, que este esteja adequadamente divulgado e monitorado e que os casos de não conformidade, incluindo corrupção, fraude ou outros tipos de denúncias, sejam apurados e deliberados por este Comitê;
- O Comitê Financeiro estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora, de maneira a maximizar a rentabilidade dos ativos observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez. Estas estratégias respeitam a regulamentação em vigor e estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Reportes Financeiros visa assegurar que as demonstrações financeiras e informações relacionadas estejam corretas, completas e fidedignas conforme resultados financeiros e operacionais em todos os aspectos. Outrossim, assegura que as publicações financeiras e divulgações relacionadas estejam de acordo com as normas de procedimentos contábeis internacionais e nacionais;
- O Comitê de Reservas supervisiona, monitora, analisa, revisa e aprova os saldos das provisões técnicas. Além disso, monitora o desenvolvimento das provisões técnicas através de testes de consistência e, se necessário, recomenda ajustes e medidas para assegurar a conformidade dos valores contabilizados;
- O Comitê de Subscrição monitora a evolução da carteira dos produtos, analisando: a evolução da frequência e custo médio por garantia, eventuais causas de desvios, rentabilidade e os volumes de produção por segmento de subscrição. Além de identificar ações corretivas de precificação e subscrição necessárias para atingir as metas do plano estratégico trianual; e
- O Comitê de Proteção e Resiliência garante uma cultura de Proteção e Resiliência organizacional para antecipar, preparar e adaptar-se a mudanças e interrupções súbitas, de modo a proteger as operações de negócios (TI e Não-TI), pessoal e ativos físicos. Assim, a Allianz Seguros garante que estará mais bem posicionada para responder de maneira eficaz e eficiente quando for necessário.

5.2 Riscos de seguros

5.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa a ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas são desenvolvidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável. Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudência relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos brutos de cosseguros cedidos, antes e após as cessões de resseguros cedidos.

	Prêmios Emitidos		Prêmios de Resseguros		Prêmios Retidos		Retenção		Resseguros	
Agrupamento	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Automóvel	2.069.985	1.887.106	(4.748)	(4.398)	2.065.237	1.882.708	100%	100%	-	-
Patrimonial	501.366	518.633	(175.064)	(208.460)	326.302	310.173	65%	60%	35%	40%
Transporte	315.748	331.320	(129.706)	(143.562)	186.042	187.758	59%	57%	41%	43%
Pessoas	253.998	308.545	(13.988)	(71.462)	240.010	237.083	94%	77%	6%	23%
Rural	169.272	142.193	(74.473)	(59.155)	94.799	83.038	56%	58%	44%	42%
Responsabilidades	103.248	98.845	(47.005)	(45.396)	56.243	53.449	54%	54%	46%	46%
Demais	59.413	48.156	(52.813)	(47.278)	6.600	878	11%	2%	89%	98%
Totais	**3.473.030**	**3.334.798**	**(497.797)**	**(579.711)**	**2.975.233**	**2.755.087**	**86%**	**83%**	**14%**	**17%**

5.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pela Seguradora, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, reduzidas pelo repasse de resseguro. Para os riscos individuais a parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou, na falta deste, do IPC/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 meses que antecedem os 4 meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reenquadrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de persistência e riscos de despesas. Caracterizados desvios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões ou aumento de taxas visando o equilíbrio atuarial.

5.2.3 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada no estresse das premissas atuariais consideradas nas estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. Os impactos dos testes de sensibilidades demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado.

	Impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2020		31/12/2019	
Premissas Atuariais	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 5% na sinistralidade	(82.633)	(68.888)	(79.738)	(61.221)
Redução de 5% na sinistralidade	82.301	68.564	79.738	61.221
Aumento de 3% nas despesas administrativas	(51.571)	(43.446)	(47.843)	(36.732)
Reduçao de 3% nas despesas administrativas	51.571	43.446	47.843	36.732
Aumento de 1% na taxa de juros	(38.042)	(21.371)	(30.334)	(15.945)
Redução de 1% na taxa de juros	38.042	21.371	30.334	15.945

5.2.4 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de prêmio e reservas. Atualmente, são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, bem como aplicam-se ferramentas de análise com objetivo-fim de obter-se a otimização dos contratos de resseguro. Também são desenvolvidos acompanhamentos das reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente, tendo em vista metodologias atuariais específicas para tal.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização, além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco por região e linha de negócios, baseada nos prêmios emitidos, líquidos de RVNE. A exposição aos riscos varia significativamente por região e pode mudar ao longo do tempo.

Prêmio emitido por regiões geográficas (valores líquidos de RVNE)

	31/12/2020					
Linhas de Negócios	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Totais**
Automóvel	120.233	249.643	47.005	1.268.770	383.836	2.069.487
Patrimonial	14.400	18.316	5.016	357.823	97.950	493.505
Transportes	1.840	10.669	118	249.005	49.798	311.430
Pessoas	2.223	2.515	755	175.581	10.622	191.696
Rural	34.904	1.092	860	72.569	59.850	169.275
Responsabilidades	2.147	3.117	640	79.545	13.640	99.089
Demais	3.747	4.472	802	78.404	13.934	101.359
Totais	**179.494**	**289.824**	**55.196**	**2.281.697**	**629.630**	**3.435.841**

	31/12/2019					
Linhas de Negócios	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Totais**
Automóvel	96.166	209.193	39.894	1.196.602	347.679	1.889.534
Patrimonial	13.588	17.971	4.708	354.502	103.436	494.205
Transportes	1.695	9.538	83	264.755	50.846	326.917
Pessoas	1.747	2.494	2.007	183.903	10.081	200.232
Rural	23.669	612	714	52.023	65.153	142.171
Responsabilidades	2.044	3.263	593	79.708	12.770	98.378
Demais	2.228	3.338	578	135.363	11.820	153.327
Totais	**141.137**	**246.409**	**48.577**	**2.266.856**	**601.785**	**3.304.764**

5.3 Riscos financeiros

5.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito consiste no cenário em que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento de coberturas contratadas junto às empresas de resseguro.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê Financeiro é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê Financeiro determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Internamente, avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

Para o risco de crédito associado às empresas de resseguro, o Grupo Allianz possui uma política restritiva de exposição ao risco de crédito de contrapartes, cujas determinações são seguidas precisamente pela Seguradora. Conforme definido no apetite de risco, o painel de resseguradores utilizado pela Seguradora é monitorado pelo *Security Vetting Team* do Grupo Allianz - área responsável por estipular os limites de exposição a parceiros e contrapartes baseando-se nos respectivos *ratings*.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber), e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados, pessoas físicas e pessoas jurídicas, durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

5.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus respectivos *ratings.* Os ativos informados foram classificados de acordo com o *rating* local da Standard & Poor's (S&P), Fitch Atlantic ou agências de mesmo porte e natureza, respeitando-se, impreterivelmente, a régua de equivalência entre as notas de crédito de cada agência**.**

Agência Classificadora	31/12/2020		
S & P / Fitch Atlantic	**brAAA; brAA+; brAA; brAA-**	**Abaixo de B- ou Sem Classificação**	**Totais**
Disponíveis para venda			
Títulos de renda fixa privados	159	-	159
Títulos de renda fixa públicos	2.615.974	-	2.615.974
Valor justo por meio de resultado			
Outras aplicações	-	662	662
Total aplicações financeiras	**2.616.133**	**662**	**2.616.795**
Equivalente de caixa-Títulos de renda fixa privados	21.544	-	21.544
Empréstimos e recebíveis			
Prêmios a receber (*)	-	1.161.298	1.161.298
Totais	**2.616.133**	**1.161.960**	**3.778.093**

Agência Classificadora	31/12/2019			
S & P / Fitch Atlantic	**brAAA; brAA+; brAA; brAA-**	**brA+; brA; brA-; brBBB+; brBBB; brBBB-**	**Abaixo de B- ou Sem Classificação**	**Totais**
Disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa públicos	2.427.803	-	-	2.427.803
Valor justo por meio de resultado				
Quotas de fundos de investimentos	137.501	949	194	138.644
Outras aplicações	-	-	662	662
Total aplicações financeiras	**2.565.304**	**949**	**856**	**2.567.109**
Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber (*)	-	-	1.042.469	1.042.469
Totais	**2.565.304**	**949**	**1.043.325**	**3.609.578**

(*) Exclui o montante de R$ 14.483 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 15.954 em 31 de dezembro de 2019), referente a redução ao valor recuperável de prêmios a receber.

5.3.1.2 Exposição ao risco com resseguradores

Visando segurança e solidez, a Seguradora prioriza firmar negócios com resseguradores que detém elevado grau de crédito. Para fins de cálculo da exposição de risco de crédito, especificamente para as categorias de resseguradores admitida e eventual, o grau de risco é atribuído em função da classificação de risco emitida por agências de *rating* de escala global, equiparadas a Standard & Poor's (S&P). Para a categoria de resseguradores locais, esta é classificada como grau 1 de risco, de acordo com o estipulado na Resolução CNSP nº 321/2015. As operações de resseguro, especialmente no que tange às parcelas de sinistros a recuperar, são gerenciadas pela Seguradora em conformidade com os padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. Os sinistros a recuperar com resseguradores estão assim apresentados:

		Classes de Resseguradoras							
		Local		Admitida		Eventual		Totais	
Grau	***Rating***	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
1	AAA / AA+ / AA / AA-	49.807	74.118	20.128	14.473	3.553	3.043	73.488	91.634
2	A+ / A / A-	-	-	1.281	2.592	291	195	1.572	2.787
Totais		**49.807**	**74.118**	**21.409**	**17.065**	**3.844**	**3.238**	**75.060**	**94.421**

continua

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

Allianz

5.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações de indicadores do mercado financeiro, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê Financeiro para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado, como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexadores dos papéis. Além disso, o Comitê Financeiro estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

5.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

O teste de sensibilidade abaixo mostra o impacto de uma alta na taxa de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras Financeiras (LF) e Debêntures presentes na carteira da Seguradora são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

		31/12/2020		
Classes	**Premissas**	**Saldo Contábil**	**Efeitos no resultado e Patrimônio líquido**	**Saldo Ajustado**
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.372.283	(113.419)	1.258.864
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	866.613	(165.770)	700.843
Pós-fixados		377.078	-	377.078
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados		159	-	159
Equivalente de caixa - privado - pós-fixado		21.544	-	21.544
Totais		**2.637.677**	**(279.189)**	**2.358.488**

		31/12/2019		
Classes	**Premissas**	**Saldo Contábil**	**Efeitos no resultado e Patrimônio líquido**	**Saldo Ajustado**
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	1.462.845	(113.889)	1.348.956
Inflação	Aumento de 4,5 p.p na taxa	797.406	(167.444)	629.962
Pós-fixados		167.552	-	167.552
Outros - valor justo por meio de resultado		138.644	-	138.644
Totais		**2.566.447**	**(281.333)**	**2.285.114**

O item "Outras" não contempla o montante de R$ 662 (R$ 662 em 31 de dezembro de 2019) referente à depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

5.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

5.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mensalmente mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pela área de Riscos e Controles Internos.

5.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou, se sim, mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento. Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, a*sset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente, é feita a projeção do fluxo de caixa e apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites predefinidos, em conformidade com o apetite de risco.

5.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

Os percentuais do total de ativos que devem ser aplicados por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê Financeiro. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo (que pode ser indexado a índices variados).

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

	31/12/2020				
Descrição	**A vista ou sem vencimento definido**	**Em até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Totais**
Caixa e equivalente de caixa	63.762	-	-	-	63.762
Aplicações financeiras	662	372.074	801.408	1.442.651	2.616.795
Créditos das operações com seguros e resseguros	207.972	1.030.880	14.160	1	1.253.013
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	1.055.900	332.969	346.749	1.735.618
Outros ativos	30.444	30.022	6.328	4.281	71.075
Totais dos ativos financeiros	**302.840**	**2.488.876**	**1.154.865**	**1.793.682**	**5.740.263**
Provisões técnicas	-	3.003.207	625.743	863.569	4.492.519
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	380.359	21.361	2.673	404.393
Contas a pagar e outros passivos	1.656	257.463	4.745	1.981	265.845
Totais dos passivos	**1.656**	**3.641.029**	**651.849**	**868.223**	**5.162.757**

	31/12/2019				
Descrição	**A vista ou sem vencimento definido**	**Em até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Totais**
Caixa e equivalente de caixa	36.031	-	-	-	36.031
Aplicações financeiras	139.306	458.755	802.382	1.166.666	2.567.109
Créditos das operações com seguros e resseguros	197.607	910.452	16.376	3.283	1.127.718
Ativos de resseguros - provisões técnicas (*)	-	935.715	314.231	328.876	1.578.822
Outros ativos	16.163	25.618	4.353	4.938	51.072
Totais dos ativos financeiros	**389.107**	**2.330.540**	**1.137.342**	**1.503.763**	**5.360.752**
Provisões técnicas	-	2.707.578	577.490	1.055.927	4.340.995
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	320.611	25.166	4.193	349.970
Contas a pagar e outros passivos	12.259	186.759	3.175	1.885	204.078
Totais dos passivos	**12.259**	**3.214.948**	**605.831**	**1.062.005**	**4.895.043**

(*) Líquido de Custos de aquisição diferidos R$ 24.418 (R$ 26.789 em dezembro de 2019).

A Seguradora considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

5.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Os fundos foram resgatados em sua totalidade no decorrer do primeiro semestre de 2020 conforme demonstrado na NE 6.2 Movimentação das aplicações financeiras - valor justo por meio do resultado.

	31/12/2019				
Descrição	**Em até 1 ano**	**Entre 1 e 3 anos**	**Entre 3 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Totais**
Contas a pagar e tesouraria	194	-	-	-	194
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	528	5.288	49.400	4.070	59.286
Letras Financeiras (LF)	13.479	23.331	-	-	36.810
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	1.447	2.713	-	-	4.160
Debêntures	3.987	18.040	13.576	2.591	38.194
Totais	**19.635**	**49.372**	**62.976**	**6.661**	**138.644**

5.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, incluindo os riscos legais e de *compliance* e excluindo desse conceito os riscos estratégicos e reputacionais.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations),* com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas, que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/2015 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

5.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz, que incluem considerações detalhadas acerca dos custos atuais e projetados, assim como níveis de solvência durante o período do plano.

5.6 Gestão de capital

Os valores do capital mínimo requerido (CMR) e patrimônio líquido ajustado (PLA) são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição, visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

5.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos das Resoluções vigentes, na data de 31 de dezembro de 2020, o cálculo do PLA deverá ser igual ou superior ao CMR, equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (CR). O capital de risco é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

Descrição	**31/12/2020**
Patrimônio líquido	**4.884.949**
Ajustes contábeis	
(-) Participações societárias	(3.637.940)
(-) Despesas antecipadas	(491)
(-) Créditos tributários de prejuízos fiscais imposto de renda e bases negativas contribuição social	(277.590)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(55.554)
(-) Ativos intangíveis	(18.170)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Ajuste superávit entre provisões exatas e fluxo realista de prêmios/contribuições utilizado no cálculo da PCC	37.248
Patrimônio líquido ajustado (a)	**932.452**
Capital mínimo requerido (b) = maior entre (c) e (d)	**628.404**
Capital base (c)	**15.000**
Capital adicional de risco (d)	**628.404**
Capital adicional de risco de crédito	55.133
Capital adicional de risco de subscrição	539.000
Capital adicional de risco de mercado	107.993
Capital adicional de risco operacional	22.582
Correlação entre os riscos	(96.304)
Suficiência de capital (a - b)	**304.048**
Índice de solvência	**148,4%**

Dentre a composição do PLA, os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL, conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016.

A Resolução nº 321/2015 dispõe que a Seguradora deve possuir liquidez em relação ao capital de risco (CR), situação em que a supervisionada apresenta um excesso de ativos líquidos em relação às provisões técnicas superior a 20% do CR, sendo obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	**31/12/2020**
Total das provisões técnicas a serem cobertas (Nota 14.5)	1.933.879
Total dos ativos vinculados (valor de mercado)	2.343.966
Suficiência em relação a cobertura das provisões técnicas (a)	**410.087**
Liquidez em relação ao CR	
Capital de risco (CR)	641.491
20% do CR (b)	128.298
Suficiência (a-b)	**281.789**

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 Composição e Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos.

A classificação e composição por categoria de mensuração, indexadores e taxas médias contratadas e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

		31/12/2020							
Títulos	**Nível hierárquico**	**Em até 1 ano ou indeterminado**	**Entre 1 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Valor contábil**		**Valor justo**	**Custo atualizado**	**Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %**
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa		**372.074**	**1.287.797**	**956.262**	**2.616.133**	**99%**	**2.616.133**	**2.422.141**	-
Letra Financeira	Nível 2	159	-	-	159	-	159	159	107% do CDI
NTN-B	Nível 1	35.448	209.458	621.707	866.613	33%	866.613	729.231	IPCA + 4,8%
NTN-F	Nível 1	157.307	246.869	196.592	600.768	23%	600.768	568.950	7,70%
LFT	Nível 1	30.452	208.663	137.963	377.078	14%	377.078	378.097	SELIC
LTN	Nível 1	148.708	622.807	-	771.515	29%	771.515	745.704	7,40%
Outras aplicações	Nível 2	**662**	**-**	**-**	**662**	-	**662**	**662**	-
Equivalente de caixa - Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	21.544	-	-	21.544	1%	21.544	21.544	96,2% do CDI
Totais		**394.280**	**1.287.797**	**956.262**	**2.638.339**	**100%**	**2.638.339**	**2.444.347**	

		31/12/2019							
Títulos	**Nível hierárquico**	**Em até 1 ano ou indeterminado**	**Entre 1 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Valor contábil**		**Valor justo**	**Custo atualizado**	**Indexador e taxa média de juros contratadas a.a. %**
Disponíveis para venda - títulos de renda fixa		**458.755**	**1.231.765**	**737.283**	**2.427.803**	**95%**	**2.427.803**	**2.211.068**	
NTN-B	Nível 1	38.166	192.844	566.396	797.406	31%	797.406	640.333	IPCA + 5,1%
NTN-F	Nível 1	-	269.384	169.214	438.598	17%	438.598	408.231	8,10%
LFT	Nível 1	71.720	94.159	1.673	167.552	7%	167.552	167.545	SELIC
LTN	Nível 1	348.869	675.378	-	1.024.247	40%	1.024.247	994.959	7,70%
Valor justo por meio de resultado		**138.644**	**-**	-	**138.644**	**5%**	**138.644**	**138.644**	
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	138.644	-	-	138.644	5%	138.644	138.644	-
Outras aplicações	Nível 2	**662**	**-**	**-**	**662**	-	**662**	**662**	-
Totais		**598.061**	**1.231.765**	**737.283**	**2.567.109**	**100%**	**2.567.109**	**2.350.374**	

O item "Outras aplicações" contempla o montante de R$ 662 referente à depósitos no IRB registrados no ativo circulante.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	**Saldo em 31/12/2019**	**Aquisição**	**Alienação**	**Resultado financeiro**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Saldo em 31/12/2020**
Disponíveis para venda	2.427.803	1.317.968	(1.192.974)	86.079	(22.743)	2.616.133
Valor justo por meio de resultado	138.644	391.190	(530.451)	617	-	-
Outras aplicações	662	-	-	-	-	662
Subtotal	2.567.109	1.709.158	(1.723.425)	86.696	(22.743)	2.616.795
Equivalente de caixa-Títulos de renda fixa -CDB	-	66.831	(45.496)	209	-	21.544
Totais	**2.567.109**	**1.775.989**	**(1.768.921)**	**86.905**	**(22.743)**	**2.638.339**

Categoria	**Saldo em 31/12/2018**	**Aquisição**	**Alienação**	**Resultado financeiro**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Saldo em 31/12/2019**
Disponíveis para venda	1.841.736	1.414.323	(1.091.680)	116.557	146.867	2.427.803
Mantidos até o vencimento.	157.257	-	(157.321)	64	-	-
Valor justo por meio de resultado	150.313	636.166	(656.000)	8.165	-	138.644
Outras aplicações	662	-	-	-	-	662
Totais	**2.149.968**	**2.050.489**	**(1.905.001)**	**124.786**	**146.867**	**2.567.109**

7. PRÊMIOS A RECEBER

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

7.1 Composição dos prêmios a receber

	31/12/2020			31/12/2019		
Ramos agrupados	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Automóvel	710.406	(1.384)	709.022	558.217	(1.050)	557.167
Patrimonial	120.371	(711)	119.660	129.333	(273)	129.060
Transporte	123.438	(3.959)	119.479	126.028	(4.781)	121.247
Pessoas	74.046	(730)	73.316	100.654	(479)	100.175
Rural	14.022	(710)	13.312	17.884	(972)	16.912
Responsabilidades	30.226	(26)	30.200	34.468	(8)	34.460
Demais	88.789	(7.323)	81.466	75.885	(8.391)	67.494
Totais	**1.161.298**	**(14.843)**	**1.146.455**	**1.042.469**	**(15.954)**	**1.026.515**

7.1.1 Prêmios a receber por vencimento

	31/12/2020			31/12/2019		
Vencimento	**Vincendos**	**Vencidos**	**Totais**	**Vincendos**	**Vencidos**	**Totais**
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	157.465	-	157.465	143.588	-	143.588
Entre 1 e 30 dias	266.303	26.722	293.025	244.387	32.981	277.368
Entre 31 e 180 dias	546.523	13.892	560.415	505.140	21.242	526.382
Entre 181 e 365 dias	122.652	2.701	125.353	61.297	5.056	66.353
Acima de 365 dias	14.161	10.879	25.040	19.659	9.119	28.778
Redução ao valor recuperável	-	(14.843)	(14.843)	-	(15.954)	(15.954)
Totais	**1.107.104**	**39.351**	**1.146.455**	**974.071**	**52.444**	**1.026.515**

7.1.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2020	**31/12/2019**
Prêmios pendentes no início do exercício	**1.026.515**	**1.074.874**
Prêmios emitidos	3.861.547	3.763.815
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	13.877	20.798
IOF	223.145	210.085
Cancelamentos	(425.706)	(459.051)
Recebimentos	(3.555.950)	(3.582.070)
Atualização cambial - prêmios em moeda estrangeira	6.024	(1.967)
Cosseguros aceitos vencidos	(4.108)	(225)
Redução ao valor recuperável	1.111	256
Prêmios pendentes no final do exercício	**1.146.455**	**1.026.515**

O prazo médio de parcelamento é de 7 meses.

7.1.3 Movimentação da redução do valor recuperável

	31/12/2020	**31/12/2019**
Saldo no início do exercício	**15.954**	**16.210**
Constituições	4.978	7.864
Reversões	(6.089)	(8.120)
Saldo no final do exercício	**14.843**	**15.954**

7.2 Operações com seguradoras

As operações com congêneres englobam substancialmente parcelas vencidas dos prêmios a receber de cosseguros aceitos e a recuperação de sinistros e comissões das operações de cosseguro cedido.

Descrição	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Sinistros de cosseguros cedidos	815	3.552
Prêmios vencidos de cosseguros aceitos	11.157	7.049
Outros créditos de cosseguros cedidos	672	650
Redução ao valor recuperável	(378)	(3.500)
Totais	**12.266**	**7.751**

7.3 Operações com resseguradoras

Contempla adiantamentos operacionais e recuperações de sinistros entre a Seguradora e as resseguradoras.

Descrição	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Recuperação de sinistro	75.060	94.421
Adiantamentos operacionais	30.644	19.216
Redução ao valor recuperável	(11.412)	(20.185)
Totais	**94.292**	**93.452**

8. SALVADOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA E RESSARCIMENTOS A RECEBER

8.1 Movimentação de direitos de salvados disponíveis para vendas e ressarcimentos estão assim demonstrados:

Ramos agrupados	**Saldo em 31/12/2019**	**Constituição / (Reversão)**	**Realização**	**Redução ao valor recuperável**	**Saldo em 31/12/2020**
Automóvel	20.672	185.164	(169.184)	-	36.652
Patrimonial	126	15.114	(15.013)	(31)	196
Transporte	1.258	21.955	(21.187)	(1.445)	581
Pessoas	-	35	-	-	35
Rural	89	901	(852)	(101)	37
Responsabilidades	-	369	(167)	(195)	7
Demais	-	684	(681)	-	3
Totais	**22.145**	**224.222**	**(207.084)**	**(1.772)**	**37.511**
- Salvados a venda	16.163	184.372	(168.319)	(1.772)	30.444
- Ressarcimentos a receber	5.982	39.850	(38.765)	-	7.067

Ramos agrupados	**Saldo em 31/12/2018**	**Constituição / (Reversão)**	**Realização**	**Redução ao valor recuperável**	**Saldo em 31/12/2019**
Automóvel	23.571	163.606	(166.505)	-	20.672
Patrimonial	425	17.400	(17.590)	(109)	126
Transporte	2.527	16.572	(17.144)	(697)	1.258
Rural	332	587	(827)	(3)	89
Responsabilidades	124	608	(732)	-	-
Demais	1	1.700	(1.700)	(1)	-
Totais	**26.980**	**200.473**	**(204.498)**	**(810)**	**22.145**
- Salvados a venda	23.155	153.091	(159.273)	(810)	16.163
- Ressarcimentos a receber	3.825	47.382	(45.225)	-	5.982

A rubrica "Títulos e créditos a receber" no Ativo circulante apresenta o montante de R$ 25.732 (R$ 21.784 em 31 de dezembro de 2019) e contempla os valores de "Ressarcimentos a receber".

8.2 A composição dos salvados disponíveis à venda e direitos a ressarcimentos por agrupamentos de negócios está assim demonstrada:

8.2.1 Salvados disponíveis à venda considerando o prazo de permanência na conta.

	31/12/2020						31/12/2019					
Ramos agrupados	**1 a 60 dias**	**61 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Redução ao valor recuperável**	**Totais**	**1 a 60 dias**	**61 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Redução ao valor recuperável**	**Totais**
Automóvel	9.811	10.346	4.590	5.684	-	30.431	5.360	5.745	1.699	2.419	-	15.223
Patrimonial	32	30	80	-	(142)	-	81	113	-	-	(111)	83
Transportes	97	968	664	413	(2.142)	-	819	580	82	35	(697)	819
Rural	26	89	1	1	(104)	13	38	3	-	-	(3)	38
Responsabilidades	9	14	149	23	(195)	-	-	-	-	-	-	-
Totais	**9.975**	**11.447**	**5.484**	**6.121**	**(2.583)**	**30.444**	**6.298**	**6.441**	**1.781**	**2.454**	**(811)**	**16.163**

8.2.2 Ressarcimentos a receber considerando o prazo para recebimento.

	31/12/2020						31/12/2019					
Ramos agrupados	**Vencidos**	**1 a 60 dias**	**61 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**acima de 365 dias**	**Totais**	**Vencidos**	**1 a 60 dias**	**61 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**acima de 365 dias**	**Totais**
Automóvel	1.787	979	1.295	1.338	822	6.221	738	945	1.247	1.367	1.152	5.449
Patrimonial	110	40	18	20	8	196	20	2	7	11	3	43
Transportes	215	102	151	91	22	581	201	47	94	97	-	439
Pessoas	-	-	-	35	-	35	-	-	-	-	-	-
Rural	24	-	-	-	-	24	50	1	-	-	-	51
Responsabilidades	5	2	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-
Demais	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-
Totais	**2.144**	**1.123**	**1.464**	**1.484**	**852**	**7.067**	**1.009**	**995**	**1.348**	**1.475**	**1.155**	**5.982**

8.3 Realização de salvados disponíveis para venda e ressarcimentos a receber

As realizações dos ativos de direitos relacionados a salvados a venda e a ressarcimentos a receber foram elaboradas sob análise da base histórica, considerando o tempo entre o registro de entrada dos salvados e ressarcimentos na Seguradora e a realização dos mesmos, sendo o percentual encontrado neste estudo aplicado sobre os saldos realizados de 31 de dezembro de 2020 e 2019. O quadro abaixo demonstra as efetivas realizações tendo como principal premissa o tempo de posse do bem:

Prazo para realização	**Automóvel**	**Patrimonial**	**Transporte**	**Rural**	**Responsabilidades**	**Demais**	**Realizações até 31/12/2020**
1 mês	356	-	-	-	-	-	356
2 meses	18.858	-	-	-	-	-	18.858
3 meses	46.254	5.005	-	-	-	-	51.259
4 meses	27.575	-	8.475	-	-	-	36.050
5 meses	18.324	-	-	-	-	-	18.324
6 meses	11.918	-	-	-	-	-	11.918
7 meses	9.429	-	12.712	-	-	-	22.141
8 meses	5.871	-	-	-	-	-	5.871
9 meses	4.270	-	-	-	-	-	4.270
10 meses	2.846	-	-	-	-	-	2.846
11 meses	2.313	-	-	-	-	-	2.313
12 meses	1.957	-	-	852	167	681	3.657
Entre 13 e 18 meses	6.760	5.004	-	-	-	-	11.764
Acima de 18 meses	12.453	5.004	-	-	-	-	17.457
Totais	**169.184**	**15.013**	**21.187**	**852**	**167**	**681**	**207.084**

Prazo para realização	**Automóvel**	**Patrimonial**	**Transporte**	**Rural**	**Responsabilidades**	**Demais**	**Realizações até 31/12/2019**
1 mês	578	2.513	-	-	-	-	3.091
2 meses	8.458	-	-	-	-	-	8.458
3 meses	35.883	5.027	-	-	-	-	40.910
4 meses	30.588	-	2.981	-	-	-	33.569
5 meses	21.347	-	4.471	-	-	-	25.818
6 meses	16.935	-	2.981	-	-	-	19.916
7 meses	12.022	5.024	746	-	-	-	17.792
8 meses	8.941	-	2.981	-	-	-	11.922
9 meses	6.927	-	746	-	-	-	7.673
10 meses	3.946	-	746	-	-	-	4.692
11 meses	3.746	-	746	-	-	-	4.492
12 meses	3.080	-	-	827	732	1.700	6.339
Entre 13 e 18 meses	7.210	-	-	-	-	-	7.210
Acima de 18 meses	6.844	5.026	746	-	-	-	12.616
Totais	**166.505**	**17.590**	**17.144**	**827**	**732**	**1.700**	**204.498**

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer.

Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período.

Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Automóvel	197.284	179.175
Patrimonial	46.792	49.331
Transporte	13.442	14.752
Pessoas	20.962	31.942
Rural	12.601	11.265
Responsabilidades	9.483	9.574
Demais	5.821	6.455
Totais	**306.385**	**302.494**

9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Saldo no início do exercício	**302.494**	**315.981**
Comissões	595.867	555.556
Recuperação de comissões	(1.419)	(1.576)
Outras despesas de comercialização	52.027	46.294
Custos de aquisição apropriados	(642.584)	(613.761)
Saldo no final do exercício	**306.385**	**302.494**

10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1 Investimentos

A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde e Allianz Brasil Seguradora S.A. que atua com seguros de danos (automóveis e ramos elementares). A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

	Allianz Saúde S.A.	**Allianz Brasil Seguradora S.A.**	**TOTAL**
Dados em 31 de dezembro de 2020 da controlada			
Capital social	182.837	1.153.520	-
Quantidade de ações possuídas - ON	85.337.513	1.060.778.408	-
Percentual de participação	99,998%	99,999%	-
Total de ativos	301.982	4.218.524	-
Total de passivos	116.509	3.002.840	-
Patrimônio líquido	185.473	1.215.684	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	14.079	(114.945)	-
Saldo de investimentos em 1º de janeiro de 2019	**211.526**	**-**	**211.526**
Ajustes de avaliação patrimonial	(864)	-	(864)
Resultado de equivalência patrimonial	11.726	-	11.726
Redução de capital em investimentos	(50.000)	-	(50.000)
Saldo de investimento em 1º de janeiro de 2020	**172.388**	**-**	**172.388**
Compra participação acionária	-	3.169.699	3.169.699
Aumento de capital social	-	445.703	445.703
Valor da compra de participação acionária	-	3.615.402	3.615.402
Ajuste mais valia e ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	(2.316.901)	(2.316.901)
Imposto diferido passivo sobre valor de negócio adquirido (VOBA)	-	28.852	28.852
Outros ajustes patrimoniais	(10)	(217)	(227)
Ajustes de avaliação patrimonial	(987)	3.492	2.505
Resultado de equivalência patrimonial	14.079	(114.945)	(100.866)
Saldos de investimentos em 31 de dezembro 2020	**185.470**	**1.215.683**	**1.401.153**

O resultado auferido de equivalência patrimonial pela controlada Allianz Brasil Seguradora, refere-se ao montante do período compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2020.

continua

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

10.1.1 Ajuste de Mais Valia e Ágio por expectativa de rentabilidade futura-combinação de negócios

Descrição	Reconhecimento mais valia	Amortização	Saldo em 31/12/2020	Prazo amortização mês
Valor do negócio adquirido - VOBA	72.130	(53.309)	18.821	18
Canais de distribuição	620.287	(24.812)	595.475	150
Acordo de não competição	19.928	(1.993)	17.935	60
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	1.604.556	-	1.604.556	-
Totais	**2.316.901**	**(80.114)**	**2.236.787**	

Os valores de Mais Valia referem-se ao valor justo decorrente dos ativos intangíveis identificados provenientes da combinação de negócio (Nota 3).

De acordo com o CPC 01(R1) o ágio por expectativa de rentabilidade futura deverá ser testado anualmente quanto a sua recuperabilidade (*impairment*). Tendo em vista as recentes avaliações que compuseram a Alocação do Preço de Compra (PPA) e também os acompanhamentos dos indicadores de desempenho do negócio para certificar que todo o plano de ação definido vem sendo implementado com sucesso, observou-se que não houve nenhum indicativo que evidenciasse a necessidade de ajuste da expectativa de rentabilidade futura para dezembro de 2020.

10.2 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

		31/12/2019				31/12/2020		
Descrição	**Taxas de depreciação linear anual**	**Saldo residual**	**Aquisições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo residual**	**Saldo contábil bruto**	**Depreciação acumulada**
Terrenos e edificações	0 a 4 %	5.200	-	-	(68)	5.132	14.480	(9.348)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	20.072	-	(12)	(1.584)	18.476	34.557	(16.081)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 a 20%	8.547	5.504	(209)	(3.192)	10.650	39.592	(28.942)
Computadores e periféricos	20%	5.157	19.189	-	(2.476)	21.870	50.524	(28.652)
Outras imobilizações	10%	2.714	5.715	(585)	(862)	6.982	11.044	(4.062)
Totais		**41.690**	**30.408**	**(806)**	**(8.186)**	**63.110**	**150.197**	**(87.085)**

		31/12/2018				31/12/2019		
Descrição	**Taxas de depreciação linear anual**	**Saldo residual**	**Aquisições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo residual**	**Saldo contábil bruto**	**Depreciação acumulada**
Terrenos e edificações	0 a 4 %	5.250	-	-	(50)	5.200	14.480	(9.280)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	22.347	-	-	(2.275)	20.072	34.569	(14.497)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 a 20%	10.023	252	(6)	(1.722)	8.547	34.297	(25.750)
Computadores e periféricos	20%	4.789	948	-	(580)	5.157	31.335	(26.178)
Outras imobilizações	10%	1.541	2.445	(381)	(891)	2.714	5.914	(3.200)
Totais		**43.950**	**3.645**	**(387)**	**(5.518)**	**41.690**	**120.595**	**(78.905)**

10.3 Intangível

O Intangível é composto pelos gastos com desenvolvimento de *software* interno com vida útil definida e a sua movimentação está assim apresentada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos no início do exercício	**24.182**	**30.195**
Amortizações	(6.012)	(6.013)
Saldos no final do exercício	**18.170**	**24.182**
Custo	**59.676**	**59.676**
Amortização	**(41.506)**	**(35.494)**
Taxa de amortização anual linear	10%	10%

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas:

	31/12/2020 - A Vencer - Dias					31/12/2019 - A Vencer - Dias				
Descrição	**1 a 30**	**31 a 180**	**181 a 365**	**Mais de 365 ou sem vencimento definido**	**Totais**	**1 a 30**	**31 a 180**	**181 a 365**	**Mais de 365 ou sem vencimento definido**	**Totais**
Prestação de serviços terceiros	180	15.529	-	-	15.709	4.144	11.563	1.000	-	16.707
(a) Contrato de aluguel	160	120	144	1.628	2.052	332	517	620	7.744	9.213
(b) Obrigações com funcionários	136	47.924	11.526	1.138	60.724	202	23.356	9.025	689	33.272
(c) Débitos de operações bancárias	-	-	-	1.656	1.656	-	-	-	12.259	12.259
Campanha de incentivo a corretores	-	10.878	-	-	10.878	10.439	821	-	-	11.260
(d) Prestação de serviços-Partes relacionadas	16.327	21.489	-	-	37.816	34.346	-	-	-	34.346
(e) Programa de incentivo baseado em ações	-	1.023	-	5.700	6.723	-	202	-	3.718	3.920
Fornecedores	9.102	8	-	-	9.110	9.095	460	-	-	9.555
Impostos e encargos sociais a recolher	36.067	39.560	11.630	960	88.217	31.513	33.222	8.905	1.342	74.982
Outras obrigações a pagar	198	1.429	-	66	1.693	1.695	-	-	-	1.695
Totais	**62.170**	**137.960**	**23.300**	**11.148**	**234.578**	**91.766**	**70.141**	**19.550**	**25.752**	**207.209**

(a) A rubrica "Contrato de aluguel" considera provisão relativa a contrato oneroso no montante de R$ 1.915 (R$ 8.983 em 31 de dezembro de 2019).
(b) As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
(c) Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".
(d) As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes às obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (nota 20.1).
(e) As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na nota 20.2.1.

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres. As operações com corretores de seguros e resseguros consideram comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos.

Operações	31/12/2020	31/12/2019
Seguradoras	4.504	3.601
Corretores de seguros	115.474	106.563
Outras operações	16.237	4.003
Totais	**136.215**	**114.167**

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes das operações com resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

	Resseguradoras - Local		Admitida		Eventual		Totais	
Operações	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Prêmios emitidos	156.975	148.909	55.632	55.729	15.179	4.950	227.786	209.588
Adiantamentos e outros débitos	24.357	18.965	15.889	6.038	146	1.212	40.392	26.215
Totais	**181.332**	**167.874**	**71.521**	**61.767**	**15.325**	**6.162**	**268.178**	**235.803**

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios, créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

	31/12/2020			31/12/2019				
Descrição	**1 a 60 dias**	**Mais de 365 dias**	**Totais**	**1 a 60 dias**	**61 a 180 dias**	**181 a 365 dias**	**Mais de 365 dias**	**Totais**
Prêmios e emolumentos recebidos	4.057	1.945	6.002	3.256	706	440	397	4.799
Outros depósitos	276	18	294	189	410	17	523	1.139
Totais	**4.333**	**1.963**	**6.296**	**3.445**	**1.116**	**457**	**920**	**5.938**

14. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS E RESSEGUROS

14.1 Provisões técnicas de seguros diretos

A composição das provisões técnicas de seguros, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

31/12/2020

Danos e Pessoas	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Totais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	1.064.982	279.035	99.130	74.968	85.916	53.114	82.206	1.739.351
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	390.264	272.940	83.447	140.450	45.528	922.168	283.736	2.138.533
Provisão de despesas relacionadas - PDR	70.847	11.601	2.544	5.619	2.759	17.937	3.503	114.810
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	14.972	59.722	12.065	111.863	9.750	103.169	26.758	338.299
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	144.868	-	-	-	144.868
Provisão de excedentes técnicos - PET	-	-	-	16.274	-	-	-	16.274
Outras provisões	-	-	-	384	-	-	-	384
Provisões ténicas - Seguros	**1.541.065**	**623.298**	**197.186**	**494.426**	**143.953**	**1.096.388**	**396.203**	**4.492.519**

31/12/2019

Danos e Pessoas	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Totais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	993.203	280.425	105.864	94.160	72.672	54.518	78.994	1.679.836
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	374.938	188.103	67.759	101.180	36.446	834.397	218.893	1.821.716
Provisão de despesas relacionadas - PDR	54.617	18.228	4.041	4.049	3.889	25.865	12.770	123.459
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	27.609	72.000	6.528	65.226	8.283	129.090	32.701	341.437
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	374.205	-	-	-	374.205
Outras provisões	-	-	-	342	-	-	-	342
Provisões ténicas - Seguros	**1.450.367**	**558.756**	**184.192**	**639.162**	**121.290**	**1.043.870**	**343.358**	**4.340.995**

14.2 Ativos de resseguros

Os Ativos de resseguros - provisões técnicas, registrada no ativo circulante e não circulante, estão assim apresentadas por agrupamentos de ramos:

31/12/2020

Danos e Pessoas	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Totais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	488	86.191	77.787	331	22.291	18.102	62.339	267.529
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	209	151.715	51.375	17.790	20.597	763.043	266.695	1.271.424
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1	3.906	1.399	478	1.237	13.894	2.616	23.531
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	30.685	10.258	3.061	5.037	75.953	23.722	148.716
Ativos de resseguro	**698**	**272.497**	**140.819**	**21.660**	**49.162**	**870.992**	**355.372**	**1.711.200**

31/12/2019

Danos e Pessoas	Automóvel	Patrimonial	Transporte	Pessoas	Rural	Responsabilidades	Demais	Totais
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	7	89.540	82.620	1.584	17.454	20.550	53.902	265.657
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	505	110.115	30.934	13.984	16.121	679.450	206.347	1.057.456
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2	7.322	2.162	451	1.022	16.942	9.895	37.796
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	45.516	5.630	6.060	4.391	101.553	27.974	191.124
Ativos de resseguro	**514**	**252.493**	**121.346**	**22.079**	**38.988**	**818.495**	**298.118**	**1.552.033**

14.3 Movimentação das provisões técnicas seguros direto

A movimentação das provisões técnicas, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2020
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	1.679.836	480.453	(422.770)	1.832	1.739.351
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.574.736	2.688.557	(2.522.273)	100.523	1.841.543
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	260.401	75.555	(20.752)	-	315.204
PSL - Salvados e ressarcidos	(13.421)	(16.874)	12.081	-	(18.214)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	32.489	144.459	(131.706)	890	46.132
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	90.970	23.162	(45.454)	-	68.678
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	344.675	11.844	(13.339)	-	343.180
IBNR - Salvados e ressarcidos	(3.238)	(2.608)	965	-	(4.881)
Provisão complementar de cobertura - PCC	374.205	-	(229.337)	-	144.868
Provisão de excedentes técnicos - PET	-	16.274	-	-	16.274
Outras provisões	342	42	-	-	384
Totais	**4.340.995**	**3.420.864**	**(3.372.585)**	**103.245**	**4.492.519**
Curto prazo	2.707.578				3.003.207
Longo prazo	1.633.417				1.489.312

Descrição	Saldo em 31/12/2018	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2019
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	1.669.727	412.084	(398.016)	(3.959)	1.679.836
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.398.861	2.730.288	(2.574.862)	20.449	1.574.736
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	253.569	47.390	(40.558)	-	260.401
PSL - Salvados e ressarcidos	(11.467)	(6.971)	5.017	-	(13.421)
Provisão despesas relacionadas - PDR	24.724	134.896	(127.251)	120	32.489
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	9.746	81.224	-	-	90.970
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	334.156	56.376	(45.857)	-	344.675
IBNR - Salvados e ressarcidos	(4.572)	(603)	1.937	-	(3.238)
Provisão complementar de cobertura - PCC	326.217	47.988	-	-	374.205
Outras provisões	301	41	-	-	342
Totais	**4.001.262**	**3.502.713**	**(3.179.590)**	**16.610**	**4.340.995**

14.4 Movimentação das provisões técnicas de resseguro

A movimentação das provisões técnicas de resseguro, registrada no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Danos e Pessoas	Saldo em 31/12/2019	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2020
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	265.657	190.553	(190.488)	1.807	267.529
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	918.125	615.632	(505.940)	97.335	1.125.152
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	139.408	23.266	(15.945)	-	146.729
PSL - Salvados e ressarcidos	(77)	(3.641)	3.261	-	(457)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	13.788	33.164	(30.358)	499	17.093
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	24.008	2.092	(19.662)	-	6.438
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	191.124	1.668	(44.076)	-	148.716
Ativos de resseguro	**1.552.033**	**862.734**	**(803.208)**	**99.641**	**1.711.200**
Curto prazo	913.435				1.033.972
Longo prazo	638.598				677.228

Danos e Pessoas	Saldo em 31/12/2018	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2019
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	227.196	215.132	(172.808)	(3.863)	265.657
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	770.205	643.675	(515.153)	19.398	918.125
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	134.152	22.544	(17.288)	-	139.408
PSL - Salvados e ressarcidos	-	(3.071)	2.994	-	(77)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	9.020	35.949	(31.447)	266	13.788
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	5.671	18.545	(208)	-	24.008
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	191.077	33.924	(33.877)	-	191.124
Ativos de resseguro	**1.337.321**	**966.698**	**(767.787)**	**15.801**	**1.552.033**

14.5 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - seguros

A cobertura das provisões técnicas por ativos vinculados é apresentada pelo seu valor de mercado abaixo demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisões técnicas	**4.492.519**	**4.340.995**
Deduções:		
Resseguros	(1.521.235)	(1.373.173)
Direitos creditórios	(938.826)	(820.142)
Custo de aquisição diferidos	(97.446)	(110.872)
Depósito judiciais	(1.133)	(1.303)
Totais a serem cobertos	**1.933.879**	**2.035.505**
Ativos Vinculados		
Quotas de fundos de investimentos	-	138.644
Títulos de renda fixa - públicos	2.343.966	2.157.338
Totais	**2.343.966**	**2.295.982**
Suficiência	**410.087**	**260.477**

A suficiência do índice de liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) está representada na nota 5.6.1 PLA - Patrimônio líquido ajustado e Capital mínimo requerido.

14.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados, considerando despesas relacionadas, porém não contempla valores de retrocessão, salvados e ressarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos (*)

Período de Aviso do Sinistro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	
No ano do aviso	1.238.108	1.660.616	2.018.818	2.098.428	2.115.615	1.608.772	1.742.027	1.963.371	2.073.188	2.032.198	
Um ano após o aviso	1.298.101	1.838.975	2.222.297	2.095.234	2.217.533	1.616.853	1.747.084	1.951.603	2.170.389	-	
Dois anos após o aviso	1.314.237	1.867.799	2.211.075	2.084.028	2.123.585	1.624.976	1.740.969	1.954.979	-	-	
Três anos após o aviso	1.319.221	1.882.972	2.208.898	2.103.462	2.147.210	1.635.095	1.751.996	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	1.326.562	1.891.568	2.225.026	2.108.865	2.171.330	1.641.140	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	1.326.675	1.891.709	2.230.836	2.116.055	2.208.391	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	1.339.008	1.892.845	2.217.659	2.118.250	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	1.341.499	1.884.745	2.224.999	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	1.345.572	1.842.858	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.351.245	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	31/12/2011	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**Totais**
Incorridos	1.351.245	1.842.858	2.224.999	2.118.250	2.208.391	1.641.140	1.751.996	1.954.979	2.170.389	2.032.198	19.296.445
(-) Pagos	1.326.647	1.722.160	2.166.919	2.072.915	1.939.933	1.565.339	1.679.708	1.873.552	1.784.931	1.412.845	17.544.949
Anterior a 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	132.579
Totais da PSL	**24.598**	**120.698**	**58.080**	**45.335**	**268.458**	**75.801**	**72.288**	**81.427**	**385.458**	**619.353**	**1.884.075**

Líquido de resseguros cedidos (*)

Período de Aviso do Sinistro	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	
No ano do aviso	759.559	961.657	1.214.747	1.555.483	1.424.550	1.348.332	1.301.096	1.412.727	1.507.181	1.632.240	
Um ano após o aviso	787.309	983.138	1.245.601	1.595.476	1.460.062	1.374.849	1.320.717	1.446.180	1.610.721	-	
Dois anos após o aviso	790.727	987.295	1.265.319	1.599.238	1.478.712	1.384.938	1.325.396	1.493.595	-	-	
Três anos após o aviso	789.373	991.112	1.261.544	1.607.608	1.483.537	1.390.397	1.465.235	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	792.172	991.712	1.259.994	1.609.778	1.486.810	1.336.292	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	792.641	994.203	1.263.931	1.612.717	1.401.945	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	795.394	995.835	1.267.685	1.495.915	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	796.856	998.616	1.618.616	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	797.196	1.272.183	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.001.666	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	31/12/2011	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**Totais**
Incorridos	1.001.666	1.272.183	1.618.616	1.495.915	1.401.945	1.336.292	1.465.235	1.493.595	1.610.721	1.632.240	14.328.408
(-) Pagos	989.887	1.253.906	1.586.356	1.464.285	1.365.127	1.295.500	1.423.463	1.448.173	1.554.836	1.264.884	13.646.417
Anterior a 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.839
Totais da PSL	**11.779**	**18.277**	**32.260**	**31.630**	**36.818**	**40.792**	**41.772**	**45.422**	**55.885**	**367.356**	**741.830**

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão no valor de R$ 3.600.

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

15. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS E OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista.

	Depósitos judiciais e fiscais					Provisões judiciais				
	Saldos em 31/12/2019	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2020**	**Saldos em 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2020**
Fiscais	255.833	2.047	-	3.406	261.286	266.701	10.847	(1.921)	4.154	279.781
Cíveis	1.281	66	(6)	-	1.341	17.359	9.657	(7.566)	-	19.450
Trabalhista	2.571	1.443	(1.440)	-	2.574	5.439	1.976	(2.510)	-	4.905
Sinistros	2.037	48	(40)	-	2.045	-	-	-	-	-
Totais	**261.722**	**3.604**	**(1.486)**	**3.406**	**267.246**	**289.499**	**22.480**	**(11.997)**	**4.154**	**304.136**
Curto prazo	-				-	18.181				18.445
Longo prazo	261.722				267.246	271.318				285.691

	Depósitos judiciais e fiscais					Provisões judiciais				
	Saldos em 31/12/2018	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2019**	**Saldos em 31/12/2018**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2019**
Fiscais	244.720	4.069	(86)	7.130	255.833	257.200	3.387	(15)	6.129	266.701
Cíveis	1.643	116	(478)	-	1.281	19.154	5.926	(7.721)	-	17.359
Trabalhista	2.715	568	(712)	-	2.571	5.568	1.685	(1.814)	-	5.439
Sinistros	5.456	1.523	(4.942)	-	2.037	-	-	-	-	-
Totais	**254.534**	**6.276**	**(6.218)**	**7.130**	**261.722**	**281.922**	**10.998**	**(9.550)**	**6.129**	**289.499**
Curto prazo	-				-	20.314				18.181
Longo prazo	254.534				261.722	261.608				271.318

Os depósitos e as provisões para ações judiciais reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se em consonância às determinações legais vigentes e consideram os montantes prováveis de desembolso. As ações judiciais cujas probabilidades de perda são classificadas como possível estão informadas nas respectivas notas explicativas e aquelas ações cujas probabilidades de perda foram classificadas como remota não estão apresentadas nas demonstrações financeiras. As principais ações em curso estão descritas abaixo:

15.1 INSS

15.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/1999 e art. 22, I, da Lei nº 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Seguradora. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a Autora recolher contribuição social (art. 22, inciso III e § 1º da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.876/1999) incidente sobre os valores relativos ao pagamento dos médicos do seguro-saúde. Desta decisão, a União Federal interpôs Agravo Interno, que pende de julgamento, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos.

Requeremos a retificação do polo ativo da ação que a Seguradora conste como autora e peticionamos para informar que os próximos depósitos judiciais passarão a ser efetuados na conta judicial, em consonância com a determinação da Secretaria da Receita Federal. Os autos encontram-se conclusos para decisão.

O montante provisionado é de R$ 121.253 (R$ 117.523 em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais no montante de R$ 121.061 (R$ 117.333 em 31 de dezembro de 2019).

15.2 PIS

15.2.1 Lei nº 9.718/1998 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela Lei complementar nº 7/1970. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interpôs Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do artigo 3º, §1º da Lei nº 9.718/1998. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Seguradora requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União. O processo aguarda definição acerca do montante depositado devido a cada uma das partes.

O montante provisionado é R$ 85.347 (R$ 85.347 em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais no montante de R$ 76.324 (R$ 76.121 em 31 de dezembro de 2019).

15.2.2 PIS - Emenda Constitucional 17/1997 e Medida Provisória nº 1.537-45/1997 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 1.537-45/1997, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Seguradora interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, a Autora interpôs recurso extraordinário e recurso especial e a União Federal recurso extraordinário. Foi proferida decisão da vice-presidência sobrestando o processo até o julgamento do Recurso Extraordinário nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria.

O montante provisionado é R$ 48.756 (R$ 47.542 em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais no montante de R$ 63.901 (R$ 62.379 em 31 de dezembro de 2019).

15.3 Ação Ordinária - PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Seguradora ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recurso de apelação, o qual foi acolhido. Em 2020, face ao veredito a favor da Seguradora, o montante provisionado foi revertido para resultado R$ 1.921 (R$ 1.910 em 31 de dezembro de 2019). Aguarda-se arquivamento dos autos.

15.4 PIS e COFINS

15.4.1 (Processo nº 16327.720734/2012-16)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título da COFINS, referente competência de set/2003, com saldo negativo do IRPJ relativo ao ano-calendário 1999. Em face de tal decisão, a Allianz Seguros interpôs manifestação de inconformidade, a qual foi julgada parcialmente procedente. Em fevereiro de 2020, foi interposto recurso voluntário, o qual aguarda julgamento perante o CARF. O montante provisionado é de R$ 1.252.

15.4.2 (Processo nº 16327.904728/2019-88)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de COFINS, referente competências ago/2014 e set/2014, e PIS, referente competências set/2014 e out/2014, com créditos oriundos de pagamento realizado a maior a título de COFINS referente competência jan/2015. Em face de tal decisão, a Seguradora interpôs manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é R$ 1.538.

15.4.3 (Processo nº 16327.904727/2019-33)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título de PIS e COFINS, referente competência ago/2014, com créditos oriundos de pagamento realizado a maior a título de PIS referente a competência jan/2015. Em face de tal decisão foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é R$ 248.

15.5 IRPJ (Processo nº 16327.900791/2010-15)

Trata-se de processo administrativo formalizado em razão de despacho decisório proferido pela SRFB não homologando compensação realizada pela Seguradora a título do IRPJ, referente competências jan/2005 e jun/2005, com saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário 2004. Em face de tal decisão, foi interposto manifestação de inconformidade, a qual aguarda julgamento. O montante provisionado é de R$ 344.

15.4 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final.

continua

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

Allianz

O montante provisionado é de R$ 4.905 (R$ 5.440 em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais no montante de R$ 2.312 (R$ 2.571 em 31 de dezembro de 2019). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R$ 19.994 (R$ 23.998 em 31 de dezembro de 2019).

15.5 Ações cíveis

15.5.1 Ações cíveis - não relacionados ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisionais, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação. O montante provisionado é de R$ 700 (R$ 26 em 31 de dezembro de 2019). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R$ 408 (R$ 2.329 em 31 de dezembro de 2019).

15.5.2 Ações cíveis - não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. O montante provisionado é de R$ 18.750 (R$ 17.333 em 31 de dezembro de 2019) e depósitos judiciais no montante de R$ 1.341 (R$ 1.281 em 31 de dezembro de 2019).

15.6 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia especifica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de sinistros a liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	31/12/2020	31/12/2019
Montante de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	93.920	57.745
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício	210.256	241.846
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais havia provisão constituída	5.754	9.033
Montante de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	13.298	13.655

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 6.298.129.345 (1.666.801.420 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2020 a Assembleia Geral Ordinária aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 9 de julho de 2020 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária aumento de capital no montante de R$ 3.615.402 com emissão de 4.631.327.925 (quatro bilhões, seiscentas e trinta e um milhões, trezentas e vinte e sete mil e novecentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas ao preço unitário de R$ 0,78064043, aprovado pela SUSEP pela Portaria nº 519/2020.

16.2 Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, na forma prevista na legislação societária brasileira, facultado a 20% do capital social e podendo ser utilizado para compensação de prejuízos ou aumento de capital social.

16.3 Reserva estatutária de retenção de lucros - Definida em Estatuto esta reserva é constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as deduções legais e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários.

16.4 Reservas de reavaliação - Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens.

16.5 Ajustes de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2020 o montante registrado nessa rubrica é de R$ 119.965 (R$ 131.106 em 31 de dezembro de 2019).

16.6 Dividendos - Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO

17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento

Brutos de resseguros cedidos

	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
Ramos agrupados	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Automóvel	1.998.205	1.933.711	57%	65%	20%	19%
Patrimonial	485.255	456.342	72%	31%	18%	19%
Transporte	321.969	316.672	52%	52%	20%	19%
Pessoas	486.212	277.137	66%	92%	10%	19%
Rural	156.027	123.894	53%	62%	15%	16%
Responsabilidades	100.091	95.284	21%	332%	18%	17%
Demais	57.297	60.425	132%	29%	6%	9%
Totais	**3.605.056**	**3.263.465**	**60%**	**69%**	**18%**	**19%**

Líquido de resseguros cedidos

	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
Ramos agrupados	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Automóvel	1.994.059	1.929.322	57%	66%	20%	19%
Patrimonial	306.537	280.060	81%	56%	26%	29%
Transporte	188.045	183.736	38%	41%	30%	29%
Pessoas	469.313	206.368	60%	106%	9%	8%
Rural	88.564	73.188	54%	65%	4%	6%
Responsabilidades	50.476	44.253	56%	80%	25%	27%
Demais	8.529	10.639	35%	51%	-24%	2%
Totais	**3.105.523**	**2.727.566**	**58%**	**66%**	**19%**	**20%**

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		31/12/2020	31/12/2019
18.1	**Prêmios emitidos líquidos**	**3.449.718**	**3.325.562**
	Prêmios diretos	3.300.206	3.150.379
	Prêmios de cosseguros aceitos	158.947	163.621
	Prêmios de cosseguros cedidos	(23.312)	(9.236)
	Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	13.877	20.798
18.2.	**Sinistros ocorridos**	**(2.152.285)**	**(2.235.602)**
	Sinistros - Diretos e cosseguros aceitos	(2.120.131)	(2.156.661)
	Recuperação de sinistros de cosseguros cedidos	10.407	(588)
	Salvados e ressarcimentos	189.977	170.531
	Variação da provisão de IBNR	3.138	(11.853)
	Serviços de assistência	(235.676)	(237.031)
18.3	**Custo de aquisição**	**(642.584)**	**(613.761)**
	Comissões	(596.848)	(557.414)
	Comissões - riscos vigentes e não emitidos	981	1.858
	Despesa com inspeção de risco	(4.892)	(7.594)
	Outras despesas de comercialização	(47.135)	(38.700)
	Recuperação de comissões	1.419	1.576
	Variação das despesas de comercialização diferidas	3.891	(13.487)
18.4	**Resultados com resseguro**	**(109.541)**	**(38.611)**
	Prêmios	(485.469)	(560.469)
	Comissões sobre os prêmios	53.217	80.792
	Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(12.328)	(19.242)
	Comissões sobre prêmios - riscos vigentes e não emitidos	577	(577)
	Recuperação de indenização	423.064	439.794
	Salvados e ressarcimentos	(26.346)	(28.422)
	Variação da provisão de IBNR	(59.978)	18.384
	Variação das provisões técnicas	65	42.324
	Outros resultados de operações com resseguro	(2.343)	(11.195)
18.5	**Outras despesas operacionais**	**(22.297)**	**(52.240)**
	Consultas e prevenção de riscos	(29.838)	(27.041)
	Cobrança, apólices e contratos	(17.183)	(14.054)
	Acordo representação comercial	(1.566)	(32.289)
	Ações judiciais cíveis	(4.877)	(1.964)
	(Constituição) / Reversão ao valor recuperável-bens à venda	(1.772)	1.343
	Ações judiciais INSS	(2.049)	(2.152)
	Resultados operacionais de seguros	13.762	(6.302)
	Reversão ao valor recuperável-resseguros e cosseguros cedidos	11.895	28.863
	Apuração do ciclo do seguro rural - FERS	6.703	288
	Reversão ao valor recuperável-prêmios	1.111	256
	Outras receitas	1.517	812
18.6	**Despesas administrativas**	**(493.131)**	**(372.327)**
	Pessoal	(195.374)	(168.185)
	Localização e funcionamento	(166.802)	(136.858)
	Serviços de terceiros	(70.756)	(35.445)
	Publicidade e propaganda	(63.463)	(45.653)
	Compartilhamento de despesas - empresas ligadas	9.309	15.167
	Outras	(6.045)	(1.353)
18.7	**Despesas com tributos**	**(124.436)**	**(96.464)**
	PIS e COFINS	(95.179)	(71.306)
	Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços	(22.906)	(13.423)
	Taxa de fiscalização - reguladora	(3.765)	(3.839)
	Impostos municipais	(3.467)	(2.997)
	Impostos federais não recuperáveis	2.525	-
	Impostos sobre operações de resseguros	(37)	172
	Demais tributos	(1.607)	(5.071)
18.8	**Resultado financeiro**	**201.337**	**213.685**
	Receitas financeiras	**338.876**	**257.456**
	Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	99.651	19.664
	Ativos financeiros disponíveis para venda	87.254	116.557
	Operações de seguros e resseguros	49.194	37.045
	Juros recebidos sobre aplicações financeiras	80.589	53.302
	Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	14.182	7.830
	Atualização monetária depósitos judiciais - ações fiscais	3.406	7.130
	Programa de incentivo baseado em ações	3.390	1.849
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	617	8.165
	Ativos financeiros - Equivalente de caixa	209	-
	Atualização monetária provisões técnicas-direto	264	4.336
	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	64
	Outras	120	1.514
	Despesas financeiras	**(137.539)**	**(43.771)**
	Atualização monetária provisões técnicas - direto	(103.509)	(20.946)
	Operações de seguros e resseguros	(14.505)	(3.538)
	Atualização monetária bancos - moeda estrangeira	(7.056)	(7.194)
	Atualização monetária - ações fiscais	(4.154)	(6.129)
	Programa de incentivo baseado em ações	(3.285)	(1.201)
	Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.175)	-
	Tarifas financeiras	(565)	(509)
	Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	(10)	(3.863)
	Outras	(3.280)	(391)
18.9	**Resultado patrimonial**	**(174.594)**	**16.728**
	Resultado equivalência patrimonial	(100.866)	11.726
	Ajuste de investimentos em controlada-amortização mais valia	(80.114)	-
	Receitas com imóveis de renda	6.632	5.045
	Outras despesas com investimentos	(227)	-
	Despesas patrimoniais	(19)	(43)
18.10	**Ganhos e perdas com ativos não correntes**	**66**	**324**
	Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	(107)	324
	Resultado de outras operações	173	-

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Créditos Tributários e Previdenciários

A rubrica do Ativo circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim constituída:

Curto prazo	31/12/2020	31/12/2019
Antecipação de IRPJ e CSLL sobre lucro	46.205	14.029
IRPJ e CSLL sobre lucro a recolher compensado no ativo (CPC 32)	-	(4.255)
Antecipações compensadas no passivo (CPC 32)	(46.205)	-
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	9.775	5.865
IOF a restituir	2.408	851
Tributos federais retidos por órgãos públicos	9	123
Outros tributos a compensar	164	152
Totais	**12.356**	**16.765**

A composição dos créditos tributários registrado no ativo está assim demonstrada:

	Saldos em	Movimentação		Saldos em
	31/12/2019	**Constituição**	**Utilização**	**31/12/2020**
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	28.741	3.447	(852)	31.336
Provisões para perdas	10.113	443	(3.252)	7.304
Provisões com funcionários	8.168	11.141	(6.957)	12.352
Outras provisões	8.651	4.626	(4.990)	8.287
Demais intangíveis - Combinação de negócios	-	6.701	-	6.701
Prejuízo fiscal	190.757	-	(18.286)	172.471
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	13.101	2.068	(511)	14.658
Provisões para perdas	6.066	266	(1.951)	4.381
Provisões com funcionários	4.902	6.684	(4.174)	7.412
Outras provisões	5.190	2.777	(2.994)	4.973
Demais intangíveis - Combinação de negócios	-	4.020	-	4.020
Base negativa	115.764	-	(10.645)	105.119
Créditos tributários	**391.453**	**42.173**	**(54.612)**	**379.014**
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR	45.081	2.799	-	47.880
Totais	**436.534**	**44.972**	**(54.612)**	**426.894**

	Saldos em	Movimentação		Saldos em
	31/12/2018	**Constituição**	**Utilização**	**31/12/2019**
Imposto de renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	28.597	2.375	(2.231)	28.741
Provisões para perdas	17.728	-	(7.615)	10.113
Provisões com funcionários	8.619	7.013	(7.464)	8.168
Outras provisões	9.877	3.983	(5.209)	8.651
Prejuízo fiscal	-	192.155	(1.398)	190.757
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	13.015	1.425	(1.339)	13.101
Provisões para perdas	10.635	-	(4.569)	6.066
Provisões com funcionários	5.172	4.208	(4.478)	4.902
Outras provisões	5.925	2.390	(3.125)	5.190
Base negativa	-	116.372	(608)	115.764
Créditos tributários	**99.568**	**329.921**	**(38.036)**	**391.453**
PIS e COFINS - Diferido sobre PSL e IBNR	39.991	5.090	-	45.081
Totais	**139.559**	**335.011**	**(38.036)**	**436.534**

Em decorrência da combinação de negócio (Nota 3) o registro de tributos diferidos passivos decorrentes de Valor de negócio adquirido - VOBA e sua movimentação está assim demonstrada:

	Saldos em	Movimen tação		Saldos em
	31/12/2019	**Constituição**	**Utilização**	**31/12/2020**
Imposto de Renda				
Combinação de Negócios - VOBA	-	(18.032)	13.327	(4.705)
Contribuição social				
Combinação de Negócios - VOBA	-	(10.820)	7.996	(2.824)
Totais tributos diferidos passivo	**-**	**(28.852)**	**21.323**	**(7.529)**

Os tributos diferidos oriundos de ganhos e perdas não realizados sobre os ajustes de avaliação patrimonial, classificados no ativo e passivo diferido, foram compensados no passivo não circulante e totalizaram (R$ 511) e R$ 78.108, respectivamente, ((R$ 3) ativo e R$ 86.697 passivo em 31 de dezembro de 2019).

A expectativa de realização dos créditos tributários através de estudos técnicos de realização está assim demonstrada:

Expectativa do ano de realização	Valor
2021	52.609 (*)
2022	60.137
2023	60.137
2024	29.903
2025	29.903
2026	27.759
2027	27.759
2028	27.759
2029	27.759
2030	27.760
Totais	**371.485**

(*) Contempla R$ 7.529 referente crédito tributário proveniente da combinação de negócios - VOBA registrado na rubrica do passivo Tributo diferido.

19.2 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos e após as participações	**39.602**	**60.165**
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	(9.900)	(15.041)
CSLL - 15%	(5.940)	(9.025)
Efeito das (adições)/exclusões:		
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(4.154)	(231)
Provisões para perdas	4.494	12.184
Provisões com funcionários	(3.224)	1.240
Ajuste de equivalência patrimonial	(40.347)	4.691
Outras provisões	(2.886)	1.441
Amortização Intangíveis	(32.045)	-
Outros ajustes permanentes	(2.434)	(1.945)
Compensação e incentivos fiscais	30.239	2.432
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**(66.197)**	**(4.254)**
Créditos tributários sobre diferenças temporárias - Ativo	16.492	(14.636)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias -Passivo-Combinação de Negócios - VOBA	21.323	-
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(28.931)	306.521
Imposto de renda e contribuição social de anos anteriores	(2.774)	1.841
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(60.087)**	**289.472**

19.3 Impostos e contribuições a recolher

A provisão de impostos e contribuições sobre o faturamento e lucro real a recolher no passivo circulante são compostos por; (i) PIS e COFINS sendo, respectivamente, seus montantes R$ 2.042 e R$ 12.564 (R$ 939 e R$ 5.782 em 31 de dezembro de 2019); e (ii) Imposto de Renda e contribuição social a recolher após as antecipações são de R$ 12.609 e R$ 7.383, em 31 de dezembro 2019 foi antecipado a totalidade do imposto e contribuição apurados.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Seguradora identificou como partes relacionadas seu controlador em última instância e empresas ligadas, sua controlada, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As transações são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

20.1 Partes relacionadas - empresas do grupo

A Seguradora compartilha com a sua controlada Allianz Saúde S.A. certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro-saúde contratado junto a Allianz Saúde; (b) os colaboradores da Allianz Saúde são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Seguradora; (c) custos administrados relacionados a comercialização de seguros; (d) custos com tecnologia da informação e *marketing*.

Com as demais empresas relacionadas à Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros e assistência de seguros (S), resseguros (R), prestações de serviços e serviços administrativos (P).

		31/12/2020				31/12/2019			
Partes Relacionadas	**Tipo**	**ATIVO**	**PASSIVO**	**RECEITA**	**DESPESA**	**ATIVO**	**PASSIVO**	**RECEITA**	**DESPESA**
Allianz SE	R / P	17.484	5.511	64.802	(58.762)	13.301	1.587	65.212	(52.845)
Allianz Brasil Seguradora S.A.	S	-	-	119	-	-	-	-	-
Allianz Global Corporate & Specialty	R	45.362	28.160	-	(188.788)	43.266	23.971	24.945	(85.991)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	R / P	699.267	78.013	251.556	(183.618)	581.372	64.188	291.389	(186.459)
Allianz Compañia Seg y Reaseguros	P	-	-	-	(814)	-	-	-	(1.552)
Allianz do Brasil Participações Ltda	P	42	2.948	517	(4.774)	40	-	471	-
Allianz Investment Management SE	P	-	-	-	(220)	-	-	-	(211)
Allianz México	P	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Allianz Saúde S.A.	S / P	14.395	-	15.388	(15.108)	15.244	-	16.669	(13.542)
Allianz Technology	P	-	13.379	-	(62.666)	-	11.667	-	(49.062)
Allianz Worldwide Care	P	-	-	-	(117)	-	-	-	(105)
AWP Service Brasil Ltda (Mondial)	S	7	21.542	79	(235.778)	-	22.738	31	(201.575)
Brasil de Imóveis e Participações Ltda	P	9	-	108	-	9	-	101	-
Corsetec Sociedade Corretora de Seguros	S / P	10	-	109	(30)	9	-	101	(29)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	P	97	-	513	-	35	-	215	-
Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda	P	39	-	454	-	35	-	175	-
Mindseg Corretora de Seguros Ltda	S	-	93	-	(44)	-	251	-	(1.278)
Totais		**776.712**	**149.646**	**333.644**	**(750.719)**	**653.311**	**124.402**	**399.309**	**(592.664)**

20.2 Partes relacionadas - Administração

A remuneração paga aos membros da Administração, registrada na rubrica "Despesas administrativas", referente a benefícios de curto prazo totalizou em 2020 R$ 13.187 (R$ 7.670 em 31 de dezembro de 2019).

20.2.1 Programa de incentivo baseado em ações

O Grupo Allianz oferece, em nível mundial, o programa *Allianz Equity Incentive* (AEI) com objetivo de fomentar a atuação dos principais executivos a longo prazo.

O programa de remuneração é garantido em forma de *Restricted Stock Units* (RSUs), uma ação virtual, mensurada na data de concessão pelo valor da remuneração do executivo, dividido pelo valor de mercado médio das ações da Allianz SE.

O período de aquisição do direito à remuneração é de 4 anos, e ao final deste período, as RSUs são valorizadas pelo valor de mercado médio atualizado das ações. O pagamento do programa é limitado a 200% da valorização da ação no período e liquidado, exclusivamente, em caixa. O programa prevê também o pagamento antecipado da remuneração durante o período de *vesting* para os colaboradores considerados *good leavers*.

O valor de mercado médio das ações é obtido através da média aritmética do preço de fechamento das ações da Allianz SE no sistema eletrônico da bolsa de valores de Frankfurt na data de exercício do benefício e dos nove dias imediatamente antecedentes e subtraído do valor presente de dividendos esperados a pagar para cada ação durante o período de aquisição.

Todas as informações relativas ao programa são calculadas e processadas pela matriz, que distribui mensalmente os saldos a serem registrados pelas empresas do Grupo.

A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquiri e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a Seguradora quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo. Os ativos constituídos totalizaram em 31 de dezembro de 2020 R$ 12.017 (R$ 6.856 em 31 de dezembro de 2019).

Os saldos registrados na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 11) referentes ao programa AEI estão demonstrados no quadro abaixo.

Ano de concessão	Saldo em 31/12/2019	Emissão/ (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
AEI 2016	202	(244)	(10)	52	-
AEI 2017	806	(313)	211	318	1.022
AEI 2018	1.252	(834)	657	495	1.570
AEI 2019	1.261	(760)	1.144	504	2.149
AEI 2020	399	(496)	930	185	1.018
AEI 2021	-	349	686	(71)	964
Totais	**3.920**	**(2.298)**	**3.618**	**1.483**	**6.723**

Ano de concessão	Saldo em 31/12/2018	Emissão/ (Exercício)	Ajuste ao valor de mercado	Variação cambial	Transferência	Saldo em 31/12/2019
AEI 2015	112	(130)	17	1	-	-
AEI 2016	120	-	79	3	-	202
AEI 2017	439	-	353	14	-	806
AEI 2018	596	-	636	20	-	1.252
AEI 2019	418	-	855	22	(34)	1.261
AEI 2020	-	190	203	6	-	399
Totais	**1.685**	**60**	**2.143**	**66**	**(34)**	**3.920**

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Ações relacionadas à pandemia

Desde o início da pandemia no país, a seguradora tomou várias iniciativas para garantir a saúde e o bem-estar de seus colaboradores, bem como a continuidade de seus negócios. Todos os colaboradores estão trabalhando em regime *home office* desde o final de março de 2020, sem impacto nas atividades e entregas diárias. O desafio de alocar 100% dos funcionários remotamente, incluindo o Call Center, em um curto espaço de tempo, foi concluído em apenas cinco dias. Com a necessidade do trabalho à distância, outro desafio foi da área de Tecnologia da Informação, que disponibilizou a infraestrutura necessária para que os funcionários pudessem exercer suas atividades plenamente. Foi realizada uma força-tarefa para fornecer tudo que era preciso: máquinas, tokens 4G para quem não tinha acesso à internet em sua residência, licenças para acesso remoto e videoconferência e a liberação de uma ferramenta que permitisse o acesso ao ambiente da Seguradora remotamente. Assim, os colaboradores, mesmo os que nunca tinham trabalhado à distância, puderam passar a atuar em *home office*.

A Seguradora, por meio da diretoria de recursos humanos forneceu aos colaboradores todo apoio necessário para passar por essa situação única em suas vidas pessoais e profissionais, por meio de treinamento direcionado e ações especiais, como o Programa de Apoio ao Colaborador da Allianz (PAC), que tem como objetivo auxiliar os funcionários ou seus dependentes com orientação psicológica, social, financeira e jurídica, de especialistas em cada área. O atendimento é realizado 7 dias por semana e 24 horas por dia, com total sigilo. Além do PAC, a controlada Allianz Saúde promoveu ações para garantir a saúde e segurança dos colaboradores, com serviço de telemedicina para consultas e terapias, coleta domiciliar de exames de análises clínicas, sessões semanais online de ginástica laboral e dicas sobre ergonomia.

O desempenho da equipe comercial no suporte aos corretores e na manutenção dos volumes de negócios foi uma preocupação especial, mas também nesta frente a disponibilidade de nossos sistemas para serem operados remotamente se mostrou um ativo valioso, atendendo de forma satisfatória as necessidades dos nossos corretores com os serviços prestados.

Desempenho na pandemia

A equipe da Seguradora soube enfrentar situações comuns às demais empresas, como adaptações a novas ferramentas tecnológicas e, principalmente, a falta de contato pessoal e presencial no dia a dia de uma maneira muito positiva. E isso pode ser ilustrado por meio da conclusão da compra das operações de Auto e Massificados da SulAmérica, em julho de 2020, em uma das maiores transações do mercado brasileiro, e a implementação do plano de integração.

Mesmo diante das adversidades, a Seguradora seguiu um ritmo de crescimento, muitas vezes acima do mercado, em diversos ramos, tanto os que foram incorporados com a aquisição, como em outros segmentos.

O desempenho positivo durante a pandemia foi possível porque a Seguradora já estava avançada na digitalização e os parceiros de negócios conseguiram se adaptar em um curto período à nova realidade virtual, mantendo, assim, as atividades por meio de canais digitais. Além disso, a estratégia de diversificação na comercialização dos produtos foi fundamental para a continuidade e crescimento dos negócios.

Expectativas 2021

O mercado segurador brasileiro passou a atuar em uma nova realidade diante da Covid19 e as disrupções, sobretudo aquelas ligadas à digitalização, refletirão em 2021 e nos próximos anos. O setor de seguros se mostrará ainda mais eficiente, com ofertas simples, para facilitar as vendas dos corretores e o entendimento e a compra por parte dos clientes.

Sobre produtos, a seguradora tem a percepção de que alguns terão seus desempenhos recuperados e outros se destacarão no pós-pandemia, com a expectativa de uma retomada da economia e a volta das atividades dentro do 'novo normal'. Levando em consideração as perspectivas menos conservadoras da indústria automotiva - com expectativa de retomada gradual em vendas; a movimentação de mercado realizada pela Seguradora - com 3 milhões de veículos segurados; e o fator sanitário - que tem levado as pessoas a privilegiarem o transporte individual; o seguro Auto pode ter um impacto positivo em 2021. A adoção em massa do *home office* fez com que o Residencial ganhasse fôlego, incentivado pela proteção dos equipamentos e maior uso da infraestrutura dos lares, apoiado às coberturas e assistências presentes num seguro. Um movimento econômico, que deve voltar a aparecer são as privatizações e concessões, indicando um crescimento no seguro de Grandes Riscos e seguro de Engenharia. O isolamento social e os hábitos de consumo apoiados em tecnologias fizeram crescer o comércio online, podendo impactar o segmento de Transportes (em diferentes modais). Já o agronegócio se mostrou sólido e recebeu alto investimento do governo, com subvenção recorde, o que impulsiona o crescimento das safras e, consequentemente, uma maior penetração do seguro Rural.

Em relação ao retorno presencial dos colaboradores aos escritórios, ainda não há um prazo definido. Isso será decidido de acordo com as taxas de contágio no país, quando houver um nível seguro para a volta. E, certamente, a Seguradora adotará um modelo híbrido, dividindo a jornada do colaborador entre parte no escritório e, parte à distância.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Adoção Inicial - CPC 06 (R2) Arrendamentos

Aprovado pela SUSEP em 2020 para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2021 o CPC 06 (R2) - Arrendamentos substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Este normativo introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Este modelo requer do arrendatário o reconhecimento de um ativo de direito de uso a ser depreciado e de um passivo de arrendamento com apropriação de encargos financeiros e que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. As isenções são para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Na transição a Seguradora reavaliará todos os contratos para identificar arrendamentos com direto de uso dos ativos conforme definição prevista no referido CPC.

Os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de acordo com o prazo do contrato.

A Seguradora optará por não reconhecer itens de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos a serem reconhecidos sob o CPC 06 (R2) são oriundos de aluguéis referentes à sede da matriz e de suas filiais.

O impacto da adoção inicial está sendo calculado pela Seguradora como Ativo de Direitos de Uso no montante de R$ 203.486 e Passivos de arrendamento de R$ 205.401, sendo a diferença de R$ 1.915 relativo ao ajuste do ativo pelo montante da provisão do contrato oneroso em 31 de dezembro de 2020.

22.2 Medida Provisória nº 1034/2021

Dentre as diferentes determinações contidas na referida MP, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Até 30 de junho de 2021 a alíquota utilizada pelo mercado segurador será de 15%. A partir de 1º de julho de 2021 a alíquota de 20% passará a vigorar, com vigência até 31 de dezembro de 2021.

A Seguradora encontra-se em fase de avalição dos impactos em suas demonstrações financeiras.

23. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis no decorrer de 2021 ou exercício posterior. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das citadas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e adotado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a partir de 1º de janeiro de 2021. (Nota 22).
- CPC 50 - Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O CPC 50 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- O Manual de Contabilidade do Mercado de Seguros emitido pela SUSEP e vigente em 01/01/2020 prevê modificação na forma de reconhecimento do Prêmio de reintegração que passa do momento da liquidação da recuperação do sinistro ressegurado por parte do ressegurador em favor à cedente para momento do aviso do sinistro ressegurado. Esta regra entrará em vigor em 01/01/2021.

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas acima, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas, exceto ao CPC 06 (R2).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

ATUÁRIA:
Renata Alves Galvão - MIBA nº 3131

CONTADOR:
Fernando Siqueira Alencar - CRC 1SP213784/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, de compliance, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, de resseguros e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras.

O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 29 de março de 2021.

COMITÊ DE AUDITORIA

ALLIANZ SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.573.796/0001-66

www.allianz.com.br

Allianz

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Allianz Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Allianz Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2020, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 29 de março de 2021.

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Administradores e Acionistas
Allianz Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Allianz Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

Valor ECONÔMICO + O GLOBO + Valor ECONÔMICO RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

Fontes: 1) Kantar Ibope Media BR TG 2019 II (2018 2s + 2019 1s) v1.0 - Pessoas - 2) Pesquisa interna: Abr/19.

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri